
040ª SESSÃO ORDINÁRIA – 14MAI2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Paulo Brum, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias 14 e 15 de maio.

Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª Sessões Ordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Arcebispo Emérito de Porto Alegre, Dom Altamiro Rossato; do Padre Edgar Jotz, de Santa Cecília; e do Monsenhor Antonio Domingos Lorenzatto.

O SR. MARIO FRAGA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja também feito um minuto de silêncio pelo falecimento, no dia de ontem, do Sr. Luiz Dexheimer, amigo de quase todos os Vereadores, e que trabalhou por longo tempo nesta Casa. Homenagem, também, por solicitação do Ver. Reginaldo Pujol, por ser seu grande amigo.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Presidente, também requeiro seja feito um minuto de silêncio pelo passamento do Sr. Newton Furtado Fabrício.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Defero os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Registro a presença do Vice-Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, que se encontra nesta Casa para fazer um anúncio da Prefeitura. O Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Meu caríssimo Presidente, Professor Garcia; caro Secretário da Mesa, Guilherme Socias Villela, Vereador e ex-Prefeito da Cidade; em nome de V. Exas. quero cumprimentar os demais 34 Vereadoras e Vereadores da nossa Casa, e

cumprimentar pela bela agenda que esta Casa tem feito nesta Legislatura, especialmente neste ano, quando aqui tem enfrentado temas extremamente importantes para o momento e para o futuro da Cidade.

Eu telefonei ao Presidente por volta das 13h, porque acabava de sair de uma reunião com o Prefeito, que me incumbiu de vir aqui, porque o tema inventário de Petrópolis também tem tido uma caixa de ressonância muito forte nesta Casa, Presidente, por V. Exa., que em muitas reuniões lá esteve; por vários outros Vereadores – eu encontrei lá o Ver. Cecchim, Valter, Nedel, Sofia, Brasinha, entre outros Vereadores. Portanto, quis o Prefeito, a nossa equipe e eu que, antes de tornar para os moradores de Petrópolis, os quais o Prefeito receberá amanhã, em respeito a esta Casa, eu vim aqui anunciar a decisão do Prefeito. Primeiramente, eu quero dizer que nós – isso é importante gizar – defendemos a preservação cultural da Cidade, aliás, essa não é uma defesa do Prefeito, do Vice, mas é uma defesa desta Casa e, de resto, de todas as pessoas de Porto Alegre. Portanto, para nós, isso é eixo central, fulcral.

Agora, neste caso pontual dos inventários de Petrópolis, a Procuradoria analisou – acompanha-me aqui o Prof. Custódio, um dos técnicos mais competentes que eu conheço, um homem internacionalmente reconhecido, que nos coordena lá no Epahc, portanto ele também teve um papel fundamental nessa decisão do Prefeito. Nós estamos analisando a questão procedimental dessa matéria; portanto nós não analisamos o mérito. Há três questões que precisam ser levadas em consideração para o inventário, para um tombamento ou para um licitamento. Primeiro, essa matéria tem que ter quórum junto ao conselho do Compahc, e essa matéria não teve quórum, pela nossa análise, e não teve quórum para sua aprovação. Então, temos uma questão procedimental. Segundo, é evidente que, havendo quórum e aprovando a lista, deve haver o bloqueamento. E, terceiro, tem que haver motivações. Por estas três razões, mas calcado fundamentalmente na questão do quórum, o Prefeito tomou a decisão: está anulado o inventário de Petrópolis.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. SEBASTIÃO MELO: Eu queria agradecer, Presidente, e dizer que fizemos a última revisão do Plano Diretor nesta Casa quando eu ainda era Presidente da Câmara, em

pág. 2

2009. É importante gizar, porque muitos não estavam aqui, mas muitos estavam, numa Sessão em que fomos até às 5h da manhã. Vossa Excelência estava na SMAM, Presidente. E nós, Ver.^a Sofia, assumimos um compromisso e apartamos as Áreas de Interesse Cultural, que se transformaram num projeto de ambiência cultural. O Governo gostaria de abrir um diálogo fortíssimo, porque este tema precisa ser enfrentado, e, na democracia, tudo passa pela Casa do Povo – ainda bem que é assim.

Então, fica aqui o pedido, Presidente: construa o que V. Exa. entender, um grupo de trabalho, uma comissão, chame o Vice-Prefeito, convide o Prefeito, os nossos Secretários, para que a gente possa tirar todas as dúvidas sobre esta matéria, porque ela é importante de ser enfrentada para a Cidade. Muito obrigado, V. Exa., e um abraço a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, caro Vice-Prefeito, Sebastião Melo. V. Exa., juntamente com o Prefeito, nesta semana, teve uma reunião, quando o Prefeito ouviu os diversos segmentos, principalmente os Vereadores da base, mas quero dizer que este é um clamor não só dos moradores de Petrópolis, mas um clamor da Cidade. Fico feliz, sei que este é um sentimento de todos os Vereadores, que o Prefeito tenha esta sensibilidade quando propõe, mas, ao mesmo tempo, tenha a capacidade de recuar. São poucos os homens que fazem isso, mas, na realidade, isso o engrandece muito. Então, eu quero parabenizá-lo e gostaria que V. Exa. levasse o abraço fraterno dos 36 Vereadores. Amanhã, a comunidade do bairro Petrópolis, quando houver a audiência, certamente vai fazê-lo.

Agradecemos a presença do Sr. Sebastião Melo, Vice-Prefeito. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h28min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (14h29min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: A nossa grande vontade era convidar o Vice-Prefeito, Sebastião Melo, para que permanecesse aqui mais um pouco, acompanhando os nossos

trabalhos. Seria interessante que o Executivo do Município ouvisse alguns pronunciamentos feitos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Vice-Prefeito tem o livre arbítrio, Vereador, de permanecer ou não, eu não sei qual é a sua agenda, mas, de qualquer maneira, V. Exa. já fez o registro.

Aprego Memorando de autoria do Ver. Cláudio Janta (LÊ): “Para fins previstos no § 6º do art. 227, da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 - Regimento da Câmara –, informo que participarei da pauta sindical da Federação Intermunicipal dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, Bens e Serviços, Força Sindical, de 13 a 15 de maio, nas cidades de Taquari, Santa Cruz do Sul, Caçapava do Sul e São Sepé. Ressalto que a participação no evento será sem ônus para esta Casa. Atenciosamente, Ver. Cláudio Janta - Líder do Solidarietà.”

A Sra. Fernanda Melchionna: Presidente, eu queria aproveitar a presença do Vice-Prefeito, cumprimentar os moradores do Petrópolis e sugerir que se faça oficialmente um grupo de trabalho, com representação dos moradores, com representação da Câmara, com representação da Prefeitura, com um calendário concreto para debater os temas do inventário.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, nós poderemos ver esse tema depois, porque hoje está para ser votado um projeto sobre esse tema. V. Exa. poderá inclusive fazer essa solicitação no momento oportuno.

A Sra. Sofia Cavedon: Presidente, eu entendi que o Vice-Prefeito, ex-Vereador, está solicitando que esta Casa avalie o projeto de lei que tramita muito lentamente, parece que parado, na primeira Comissão, relacionado às antigas áreas especiais de interesse cultural e ambiência. Gostaria de propor a V. Exa. que Mesa e Lideranças pudessem analisar a possibilidade de um processo concertado, com prazos, aqui, para responder a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, só para informação de V. Exa. - o nosso Vice-Prefeito já sabe e nós havíamos falado com a Diretoria Legislativa sobre isso: vamos fazer inclusive um comparecimento aqui para tratar do assunto, e, claro, de todos os itens envolvidos.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero me dirigir, em nome do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, em meu nome e em nome do Ver. João Derly para a discussão do que acabou de acontecer neste momento nesta Casa. Quero cumprimentar o Vice-Prefeito, ex-Vereador Sebastião Melo, que é quem faz o diálogo da Prefeitura com a Câmara Municipal de Porto Alegre e que aqui veio efetuar uma parte do processo no nosso entendimento. Da mesma forma, quero cumprimentar os moradores do bairro Petrópolis, que aqui estão no acompanhamento desta Sessão, no culminar de toda uma luta anterior que tem que ser resgatada inclusive dentro desta Câmara. Então o Vice-Prefeito anuncia a revogação do ato, e essa revogação, no nosso entendimento, é fruto da luta dos moradores, antes de mais nada, da recepção que tiveram nesta Casa de todas as Bancadas e também da decisão judicial de um caso, mas que, com certeza, vale para todos os casos, porque é uma questão jurídica semelhante. O que aconteceu agora é muito importante, é um passo, mas não significa que é uma solução definitiva, até porque não basta neste processo sanar os vícios jurídicos apenas, temos que sanar os vícios políticos de falta de diálogo, de transparência. E, mais uma vez, como Conselheira Estadual das Cidades, e foi a representante desta Casa para a construção da Conferência das Cidades em Porto Alegre, passando pelo Estado e chegando à Delegada Nacional, quero afirmar que precisamos ter a criação daquilo que é o Estatuto da Cidade, do Conselho da Cidade na cidade de Porto Alegre, o que ainda não foi criado. E há lei de nossa autoria, nesta Casa, encaminhando para isso, porque são mecanismos consagrados em lei, consagrados no Estatuto da Cidade para a democratização das decisões e o pensar a cidade como um todo. É inadmissível, na nossa concepção, para uma cidade como Porto Alegre, a cidade do Orçamento Participativo, a cidade do Fórum Social Mundial, vista internacionalmente como uma aldeia da democracia... E eu gosto muito deste termo aldeia, porque ele nos traz uma máxima de Tolstoi que diz: "Conhece a tua aldeia e serás

universal.” É disso que se trata: nós todos conhecermos a nossa aldeia e em cada espaço dela contribuirmos para que ela seja vista, apreciada e respeitada como um todo.

Ainda há uma forma que não dialoga com os devidos fóruns de discussão. E o principal fórum de discussão é o Conselho das Cidades, pela paridade que ele tem, pela oportunidade, por lei, da participação da cidade como um todo. A vinda do Vice-Prefeito, com o seu anúncio, pressupõe o depois do anúncio. E é aqui que eu creio, Ver.^a Fernanda, que nós temos que focar, no depois do anúncio. O próprio Vice-Prefeito Melo pediu a esta Casa que fizesse uma comissão, que constituísse uma instância de discussão. Nós temos; nós temos possibilidade de audiência pública, possibilidade de uma instância de discussão, mas essa instância de discussão tem que ter paridade, tem que estabelecer o diálogo paritariamente! Há que ter uma resposta concreta a essa organização exemplar de vocês – eu quero dizer isto aqui em meu nome e do Ver. João Derly – que aconteceu através exatamente da associação criada para isso, que é a Associação dos Moradores do Bairro Petrópolis atingidos pelo Inventariado da Prefeitura. Achei o nome muito simbólico – eu faço poesia e gosto dessas coisas: Amai. Amai a tua aldeia, o teu lugar. E aí é aquilo que eu dizia há pouco: conhece a tua aldeia e serás universal.

Eu estava conversando com o Fernando – a gente é militante da causa da saúde há anos – que essa universalidade pressupõe a ampla discussão com a Amai e com a Cidade de Porto Alegre. Como é que nós vamos encaminhar as formas de isso ocorrer? Uma das formas não é esperar a criação, mas já ir criando, através da participação de vocês, o Conselho Municipal das Cidades. E lembrar que nós temos que discutir sob o ponto de vista do patrimônio histórico e cultural da Cidade de Porto Alegre com toda a cidade, onde cada bairro tem o seu patrimônio. E esse patrimônio de cada bairro vem para o Patrimônio Histórico e Cultural de toda a Cidade.

Nós estamos aqui para discutir a perspectiva de futuro: que cidade nós queremos, no futuro, que cidade nós queremos? Sustentabilidade por todos os aspectos, inclusive naquilo que é imaterial, mas que faz parte da vida de cada um e faz parte de uma cidade como um todo, para que ela cumpra esse papel de aldeia de nos tornar universais na busca de um novo mundo. Esta é a opinião do PCdoB.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Ver. Guilherme Socias Villela, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, pessoas que nos prestigiam com a suas presenças e aqueles que nos assistem através da TVCâmara, eu quero registrar que a Bancada do Partido Progressista, assim que recebeu as manifestações dos moradores do bairro Petrópolis, preocupou-se e solidarizou-se com a situação dos mesmos, e encaminhou ao Prefeito um ofício solicitando a retirada desses imóveis do processo de inventário. Também apresentou uma Emenda ao projeto – que é muito bom - de autoria o Ver. Idenir Cecchim. Esse projeto prevê situações futuras, e a Emenda da Bancada Progressista, do PP, contempla exatamente os imóveis, neste momento, do bairro Petrópolis. E eu quero aqui aproveitar a oportunidade também para ler a Emenda da Bancada Progressista para que os senhores tomem conhecimento (Lê.): "Renomeia e altera a redação do parágrafo único para § 1º no art 3º do PLCL nº 005/14." "§ 1º: A indicação do imóvel deverá conter as características necessárias a sua identificação e as razões que a justifiquem, assim como a inclusão de sua listagem, onde couber, na Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental." "A Emenda visa a assegurar ao proprietário ou possuidor do bem a ser inventariado o amparo na legislação, de modo que os critérios subjetivos do Executivo não sejam apenas os determinantes para tal. Além disso, a vinculação de imóvel inventariado ao PDDUA permitirá que, nos termos do art. 215 da Lei Orgânica do Município, a apreciação daquele bem acabe por facultar a participação do Legislativo Municipal e da população organizada a partir das regiões e das entidades gerais da sociedade civil do Município."

Então, com isso, eu faço questão de deixar registrado aqui a preocupação da minha bancada, como Líder da Bancada Progressista, nós, no mesmo momento em que recebemos este sentimento de vocês, essa preocupação, fizemos o ofício, assim como a emenda da bancada e também o apoio ao projeto do Ver. Cecchim. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver.^a Mônica. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente Professor Garcia, senhoras e senhores que nos assistem na tarde de hoje, um cumprimento especial para a Cristina Bender, de Forquetinha, seja bem-vinda. Prezados colegas Vereadores, eu tenho andado indignado demais. Eu até acho que, às vezes, eu deveria fazer umas pescarias para ficar mais calmo. Eu acho um absurdo, e este recado é para o Vice-Prefeito Sebastião Melo, que foi desta Casa e que aqui fazia discursos bonitos e citava o ditado: “Devagar com o andor porque o santo é de barro”, e aquele negócio todo. Eu, sinceramente, hoje eu vou sair em defesa do meu colega Ver. Cecchim, que não é do meu partido, mas eu tenho feito isso, independentemente de ser desta ou daquela agremiação partidária. Os senhores sabem, eu nunca ataquei e jamais atacarei um partido, jamais direi que este partido é assim e aquele é assado, porque os partidos são compostos de pessoas e as pessoas são diferentes, sim. Agora, segundo o nosso Vice-Prefeito, aqui teria uma autoridade no assunto das questões de... me ajuda, Ver.^a Sofia, de prédios históricos e de inventário, aquele negócio todo. Olha, eu vou dizer para esta autoridade, se está aqui presente que primeiro ela tem que botar na cabeça que ela não é dona da Cidade. Essa é a primeira coisa. Nós temos que, acima de tudo, respeitar o cidadão como um todo, particularmente, nas questões de ponto de vista. No mínimo, nós temos que ter isso, independente da nossa formação. Agora, depois que saíram de forma extremamente arbitrária, radical, exclusivista, com uma planilha olhando para a fachada de um prédio e anotando, recuam porque sentiram a pressão da sociedade. Vejam a perda de tempo inclusive dos senhores e das senhoras que aqui estão. Nós não podemos mais conviver com esse tipo de comportamento. As pessoas, os órgãos do Município, as Secretarias, enfim, o Poder Público, nós, Vereadores, temos que nos conscientizar disso. Ninguém nos deu todo esse poder. Isso é uma barbaridade.

Eu tenho exemplos aqui e vou citar o prédio do Grêmio Gaúcho, lá na subida da Rua Carlos Barbosa, no quarteirão com a Rua Bispo Laranjeira, Rua Niterói e Rua Sepé Tiarajú. São 117 anos de história, o berço do tradicionalismo. Naquela oportunidade, em 1898, surgiram entidades na América do Sul em defesa da cultura da América do Sul, da cultura local, porque na época adentrava a cultura estrangeira de forma muito violenta. Aí,

surgiram entidades aqui no Rio Grande do Sul, no Paraguai, na Argentina, no Uruguai e, aqui no Rio Grande do Sul, uma dessas entidades é o Grêmio Gaúcho. Pois esse prédio histórico, que faz parte da história moderna do Rio Grande do Sul, sequer foi listado, e nós temos dificuldade para fazer o seu tombamento. Aí, ex-Prefeito Villela, eles vão aos bairros listando. Então, hoje, um arquiteto, um engenheiro ou alguém que pretende construir tem que cuidar disso, porque se fizer a fachada de um prédio com detalhes representando outras culturas, ou mais antigas, nem bem a obra vai terminar e vai passar lá um desses entendidos e vai listar a obra como de interesse cultural! Isso é uma loucura! Isso é algo extremamente neurótico! Isso é um fanatismo que temos que mandar embora daqui! Cecchim e meus colegas Vereadores, este Parlamento é independente, e nós, Vereadores, temos que nos proteger, porque o Brasil já está assim: os Legislativos estão subordinados aos Executivos; essa é a grande verdade. Cecchim, nós vamos estar juntos nessa, e os demais colegas também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. ANY ORTIZ: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste. Quero dizer que é muito importante ouvir a manifestação do nosso Vice-Prefeito, Sebastião Melo, a respeito da listagem e do futuro tombamento dessas residências do Petrópolis. Nós temos o tombamento como meio de preservação da história da Cidade. E eu acho que ele deve servir para isso, o que não foi visto, lá dentro do Petrópolis, como um critério preponderante para inúmeras e centenas de casas estarem listadas para um futuro tombamento sem nenhum requisito que justificasse isso. E a gente não vê só lá esse tipo de ação. Há inúmeros bairros da Cidade, onde os prédios estão caindo, onde os prédios estão abandonados, sem que ninguém possa fazer um investimento naquele local, porque não pode mexer no telhado, não pode mexer numa janela, e para quem olha de fora, aquilo não tem valor histórico nenhum; aquilo é uma grande sucata que está acomodando hoje usuários de drogas, que está desvalorizando o bairro. Lá no 4º Distrito há muitos imóveis assim.

E eu quero dizer, Ver. Idenir Cecchim, que eu o apoio pela sua atitude de protocolar o Projeto de Lei. É importante que a gente peneire o que está acontecendo. Além dessa questão do tombamento, eu quero deixar bem claro que nós temos que cuidar o que está acontecendo com a nossa Cidade a partir do Plano Diretor, que também está acabando com alguns bairros, como por exemplo, o Passo D'Areia, um bairro que era absolutamente residencial, está vendo-se brotar prédios enormes, onde moravam três, quatro famílias, hoje moram centenas delas. Nas casas não pegam mais sol, pelo tamanho dos prédios que estão sendo construídos e não se tem uma linha de construção. Além disso, o trânsito está ficando insuportável, o sistema de esgoto, de abastecimento de água, a coleta de lixo num bairro que estava estruturado para um número de famílias, está triplicando ou quadruplicando o mesmo.

Então, eu quero fazer um alerta para o que estamos fazendo da nossa Cidade, onde temos que, sim, preservar a sua história através dos imóveis que realmente tenham uma relação com esta e com o interesse público, mas não podemos deixar colocarem a nossa Cidade abaixo para a construção de grandes empreendimentos que acabam com a história do bairro, com a sua estrutura, colocando uma quantidade enorme de famílias que, muitas vezes, não é suportada.

O Plano Diretor tem que ser revisto, tem que ser acompanhado com muita cautela, porque qualquer um que anda pelas ruas de Porto Alegre sabe o que está acontecendo com a Cidade e onde estão sendo construídos imóveis que não poderiam e não estão de acordo com a capacidade daqueles locais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver.^a Any Ortiz. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito obrigado, Sr. Presidente, saudando V. Exa., quero saudar os demais Vereadores e Vereadores, em especial, o público que nos assiste nas galerias, TV Câmara. Senhoras e senhores, venho a esta tribuna em nome do meu Partido, o PDT, integrado nesta Casa pelos Vereadores Nereu D'Avila, Mario Fraga, Dr. Thiago, Delegado Cleiton e este Vereador, também me manifestar a respeito dessa iniciativa do Ver. Idenir Cecchim, que entendo como inteligente, Vereador, porque eu

acredito que quando o trabalho é coletivo, tanto no acerto como no erro, a probabilidade do erro é menor.

Mas eu quero fazer aqui essa ponderação e esse comentário, com toda a responsabilidade que nós temos, até pela função que desempenhei no Governo passado, na condição de Secretário do Planejamento, porque nós sabemos o quanto é importante um patrimônio cultural edificado de uma cidade.

E obviamente, quando nós submetermos à Câmara de Vereadores a apreciação de alguma pauta nesse sentido, e vejo, aqui, o Custódio, representando a Secretaria da Cultura, é óbvio que a Câmara de Vereadores não vai aprovar a construção de um prédio que ofusque o Mercado Público; é óbvio que a Câmara de Vereadores não vai aprovar um empreendimento que possa competir com a Usina do Gasômetro, com a chaminé do Gasômetro.

Agora, da maneira como foram construídas, indiscriminadamente, centenas de casas, aí acho que temos que questionar, de maneira fraterna e de peito aberto.

Todo o patrimônio cultural edificado de uma cidade, ele é muito relevante, até, inclusive, em relação ao turismo. Quando uma pessoa vai a Paris, vai visitar a Torre Eiffel! Ninguém vai lá para visitar as novas construções, dos novos prédios, ou da zona nova. Geralmente, se busca a parte histórica. Quem vai a Roma, visita o Coliseu.

Então, temos que ter muita tranquilidade, e que a Câmara de Vereadores se some nesse debate.

O que nós percebemos quando conseguimos afinar o violão com a gaita lá da Cultura com o Planejamento, e encontramos, junto com as demais Secretarias, uma solução para o caso da Fiaterci: preservamos a fachada, fizemos um museu.

E levantamos quatro torres.

Agora, por exemplo, um bairro como o 4º Distrito, ou na região, Navegantes, Farrapos, Humaitá, chega sexta-feira, os travestis tomam conta das ruas, porque não tem ninguém morando no bairro, e não dá para fazer nada nos imóveis do bairro. E nós não podemos permitir que isso aconteça em Petrópolis, na Cidade Baixa, ou em qualquer outro lugar.

Mas nós, também, temos que compreender a importância daqueles que estão preocupados com essa situação.

Ali, na Voluntários da Pátria, para fazer a duplicação, algumas fachadas terão que ser mantidas.

Então, este é um debate que sempre que ele é encaminhado para decisão coletiva, as probabilidades de nós acertarmos são maiores. É nesse sentido que nos manifestamos, aqui, em nome da Bancada do PDT. Também recebemos uma série de visitas de moradores preocupados com essa situação que procuraram o nosso gabinete.

Tivemos a notícia, agora, aqui, de que o Prefeito vai botar a bola no centro, vai zerar esse processo. Então acho que esse é um indicativo importante para que, a partir daí, nós possamos, efetivamente, encarar a realidade de cada uma das situações que envolvem os quarteirões, o desenvolvimento da ocupação do bairro... Existe todo um regramento. Por quantos anos nós ficamos debatendo a revisão do Plano Diretor? Hoje, nós temos regramentos: até 60 metros das principais avenidas é um regramento de adensamento; para dentro do bairro, outro.

Esse debate, que é muito importante, diz respeito, também, à organização da Cidade. Porto Alegre incluiu, agora, no seu debate e na sua agenda propositiva, a ciclovia, a duplicação das vias, a qualificação em torno dos estádios. Nós estamos devolvendo a balneabilidade das águas para a Cidade, estamos falando em ampliar o aeroporto e sobre o aeromóvel. Hoje, o metrô é uma realidade que está saindo do papel, em Porto Alegre. Mas nós não podemos andar para trás! Nós precisamos dialogar com o futuro, precisamos criar mecanismos que possibilitem que essas distorções não aconteçam mais. Nós entendemos que essa foi uma distorção que aconteceu e que está sendo corrigida, e, nesse sentido, vamos acompanhar essa iniciativa do Ver. Idenir Cecchim. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias. Em nome da Bancada do PTB – em nome dos Vereadores Elizandro Sabino, Alceu Brasinha e Paulo Brum –, venho a esta tribuna para, primeiramente, saudar os moradores do bairro Petrópolis e a Associação dos Moradores, os atingidos pelo inventariamento da Prefeitura. Vocês fizeram um trabalho muito intenso aqui, na Câmara Municipal; estiverem no meu gabinete, estiveram com o Ver. Brasinha, com o Ver. Elizandro, com o Ver. Paulo Brum e com outros

Vereadores desta Casa, argumentando, trazendo a problemática que vocês estavam e estão vivendo no bairro Petrópolis.

Hoje, recebemos esse informativo nº 02, da Amai. Quero parabenizar, porque ele é bastante elucidativo, nos traz muitas informações a respeito desse processo como um todo. Quero dizer que, fruto desse trabalho da Amai, foi pedida uma audiência para o Prefeito Fortunati. A base do Governo, Ver. Professor Garcia, pediu uma audiência para o Prefeito Fortunati, há dois dias, no sentido, justamente, de pedir ao Prefeito que revisse esse ato administrativo do inventário e que daqui para frente os processos de inventários tivessem um outro rigor, um outro critério.

Portanto, já aproveito aqui também para encaminhar, previamente, favoravelmente à aprovação de um projeto do Ver. Cecchim, que traz para o âmbito da Câmara Municipal, logicamente, que após a avaliação do Epahc e do Compahc, se traga para o ambiente desta Câmara Municipal qualquer aprovação relativa a novos inventários. Quero também anunciar que, combinado com o Ver. Cecchim, propus uma emenda, a Emenda nº 5, que vai prever que o legislativo realizará audiência pública nesta Casa antes da votação de qualquer processo de inventário que possa vir a acontecer no futuro da nossa Cidade.

E quero usar como exemplo este assunto, porque o próprio informativo da Amai sustenta, justamente, que esse processo todo não é contra a preservação do patrimônio histórico e cultural, porque aqueles que estão contra esse processo querem nos colocar no antagonismo de dizer que quem está contra o inventário, é contra a preservação do patrimônio histórico! Não é esse o caso! E, muitas vezes, Ver. Cecchim, isso vem acontecendo na cidade de Porto Alegre. Muitas vezes, quando não se é a favor de determinado processo, querem nos colocar contrário ao processo como um todo, e não é este o caso!

Eu, agora mesmo, quando estava entrando aqui no plenário da Câmara, vi impresso, em material colorido, o nome dos Vereadores que votaram contra o Projeto do Ver. Sgarbossa, aqui, que criava o Fundo Municipal Ciclovitário. Pois eu não sou contra o Fundo Municipal Ciclovitário, inclusive eu trabalhei muito no projeto do Governo, com toda a base governista, para que pudéssemos melhorar o projeto do Governo. Mas tem gente que não entende isso, que quer nos opor e quer nos colocar em condição de briga, de oponência, quando não é o caso, Ver. Paulinho Motorista. Nós somos a favor do Fundo Municipal Ciclovitário, nós somos a favor da criação do próprio Plano Municipal Ciclovitário,

que foi um projeto do Prefeito Fogaça nesta Casa, com o Prefeito Fortunati. E agora, quando entrarmos na discussão, vamos poder discutir a emenda de minha autoria a este projeto, avalizada por toda a base do Governo, que, inclusive, garante os 20% das multas como fonte também para o Fundo Municipal Cicloviário. Muito obrigado e parabéns a todos os moradores do bairro Petrópolis.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, faço a nossa saudação a todos e todas que estão conosco nesta tarde. Falo em meu nome e em nome do meu Partido, o PSB, e do nosso Ver. Paulinho Motorista.

Quero aproveitar esta oportunidade para dizer aquilo que tenho dito por aí e citar algumas experiências que a vida nos apresenta. Um amigo meu, pouco tempo atrás, disse-me que tem um terreno de 20 hectares muito bem localizado em Porto Alegre e disse que pedia um preço “x” - não vou dizer, mas muito pouco. E daí eu disse: Conversa com o pessoal da Prefeitura, essencialmente a SMAM. Ele esteve na SMAM e em todos os órgãos da Prefeitura dizendo que pretendia vender aquele terreno. O que fez o proprietário do terreno há 30 anos? Plantou árvores. Enquanto ele, com enorme terreno, muito bem localizado, cheio de árvores, do outro lado há um terreno cheio de lixo, literalmente um depósito de lixo. O terreno que tem esse depósito de lixo há 40 anos vale sete, oito, dez vezes mais do que o terreno dele. Sabe por quê? Porque, no terreno dele, tem um pequeno arroio e muita árvore. O parecer da SMAM – sou Líder do Governo: Muita restrição na construção. Outro detalhe: sou professor de Finanças Públicas há 40 anos. Eu compreendo, em razão disso tudo, que no Brasil nós temos leis de erário, dinheiro público da Alemanha, e com os cofres raspados neste País. Então nós impomos leis no País para o cidadão com uma enormidade de regras e limites em dispor aquilo que é seu com os recursos do proprietário do imóvel, que nem sempre é um aquinhado. Na maioria das vezes, não é; na maioria das vezes, é um imóvel que se adquiriu pagando em 15, 20, 30 anos. Não é possível impor regra geral de preservação de patrimônio sem o ingresso

de recurso público nesse processo. Repito: sou professor de Finanças Públicas há quase 40 anos, me reelejo também por isso. Nós não podemos compreender que essas regras sejam municipais, elas deveriam ser com recursos do Poder Público Federal para se poder construir uma preservação como tem que ser. Na minha visão - sou do Partido Socialista Brasileiro -, toda e qualquer preservação tem que ter a viabilidade do retorno. É diferente preservar um prédio que é conservado e que gera riqueza, do que preservar um prédio lá na minha rua, no Morro Santana, que só me traz encargos.

Portanto, a luta é boa. Um abraço para vocês. Estamos nessa jornada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Ferronato. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, queria cumprimentar, em nome do presidente e coordenador da Amai, Prof. Fernando Molinos, todos os moradores. Tivemos a oportunidade de acompanhar a audiência pública, na verdade, uma reunião pública, que foi feita no bairro Petrópolis, e eu havia sido alertada por alguns amigos em relação ao que estava acontecendo naquele bairro; e na audiência três coisas ficaram muito claras para mim.

Primeiro, a ausência de democracia, de transparência e de todos os instrumentos que estão previstos na lei para o processo de inventário. Quero cumprimentar a mobilização de vocês, porque tenho certeza que, a partir dessa mobilização, da sensibilização de vocês para o pleito, houve a anulação, na tarde de hoje, do decreto. Isso é uma conquista da mobilização, uma conquista de vocês, que não silenciaram diante das injustiças e que, ao mesmo tempo, fizeram um debate muito pertinente com a Cidade, de como esse procedimento deve ser colocado. Porque vemos, de um lado, uma morosidade para inventar e tombar determinados prédios públicos ou prédios onde há interesse comercial – dou o exemplo do cais. Criticamos muito a permissão para construir espigões ao lado do cais, para a construção de um estacionamento para 4 mil carros, que vai dificultar muito o trânsito na Av. Mauá, numa Cidade que está cada vez mais engarrafada e onde são necessárias políticas públicas de transporte coletivo, ciclovias, pedestres, para desengarrafar, indo na contramão do que defendíamos. E no processo de privatização do

cais, por exemplo, foi derrubado um galpão, um dos armazéns que não era tombado; um armazém que, na nossa opinião, teria a história de Porto Alegre e teria que ser revitalizado, teria que ser pintado, teria que dada vida àqueles armazéns, mas que, evidentemente, Prof. Fernando, deveriam estar inventariados, deveriam estar listados para que a Cidade os preservasse e os preservasse cada vez mais belos. E aquele não entrou! E vimos o processo por vocês. Primeiro, parece-me - e me desculpem o termo, eu falei lá na audiência porque sou muito sincera - um processo de inventariamento à revelia, porque 600, 500 imóveis, alguns sem laudo; um, no mesmo prédio, no mesmo sobrado, inventariado e outro não, sem justificativa arquitetônica... Bom, pareceu um inventário feito à caneta e sem levar em consideração as características arquitetônicas, que, de fato, precisam ser preservadas, calcadas em um laudo, em uma justificativa, com uma coerência arquitetônica, e, sobretudo, na democracia. Porque publicar no Diário Oficial, não mandar carta a cada um dos moradores, não abrir um canal para questionamentos, isso não é democracia. (Palmas.)

Segundo, não vou me estender, mas quero fazer esse debate com vocês, em relação à necessidade de preservação e de como ela deve ser compartilhada com incentivos e com a promoção daqueles que, de fato, moram em casas que precisam ser preservadas, no sentido de que essas casas inventariadas tenham, primeiro, o inventário, a preservação compartilhada com a Cidade, portanto, com a Prefeitura. E aí tem a ver com impostos, com políticas públicas de preservação, inclusive, de defesa da caracterização do bairro, que eu sei que é uma luta antiga dos moradores do Petrópolis, que lutam contra a descaracterização do bairro e querem garantir a qualidade de vida. Agora, para isso, nós vamos ter que mudar essa cultura no Brasil. Isso significa mudar com políticas públicas para que os prédios, as casas inventariadas sejam historicamente reconhecidas pelo Poder Público, e, por outro lado, também garantir que isso seja um orgulho. Em vários países do mundo, é um orgulho morar em casas inventariadas, porque são valorizadas por ser patrimônio histórico, e não o contrário.

Também quero discutir a morosidade do Poder Público. Tem que ter prazo quando o morador pede para fazer reformas, pede para pintar. Não haver prazo é um processo que assusta, e, com razão, os moradores.

Eu quero concluir dizendo que nós ganhamos tempo graças à luta de vocês, então eu acho que nós precisamos criar um grupo de trabalho com prazo, com calendário, paritário,

com moradores, Prefeitura e Câmara, para discutir especificamente o caso do Petrópolis. E precisamos, no caso do projeto Cecchim, uma audiência pública com a Cidade, porque nós não podemos, tentando fazer um acerto, repetir os mesmos métodos de não dar canais para que toda a cidadania possa debater um tema tão importante como é o patrimônio histórico. Que possamos colher todas as informações, Presidente Professor Garcia, garantindo que vocês sejam respeitados, que o patrimônio seja respeitado e que a cidade de Porto Alegre, em seu conjunto, seja respeitada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigada, Vereadora. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes que ajudam a construir a cidade sustentável, eu venho aqui em nome da Liderança do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, para trazer, também, algumas contribuições sobre este tema da construção da Cidade.

Tivemos o prazer, creio que todos os colegas, de receber as lideranças dos senhores e das senhoras em nossos gabinetes, em nossas Bancadas, para fazer o debate.

Primeiro, vou fazer aqui um registro: nós temos uma legislação que orienta o que fazer na Cidade. Agora, esta legislação ficou incompleta, e é papel do Legislativo fazer o debate e a complementação da legislação, mas também é papel do Executivo realizar os estudos técnicos e determinar os padrões que a Cidade tem que obedecer, principalmente para que o seu patrimônio seja preservado e/ou valorizado. Por que estou dizendo isso? Porque temos na Casa uma Lei da Ambiência Cultural, um estudo feito pela Ritter dos Reis, que não debatemos, não analisamos. Isso tem que ser debatido e analisado.

Segunda questão: quero reconhecer, como oposição, a postura que teve o Governo de vir a esta tribuna reconhecer que errou no método de trabalho relacionado ao bairro Petrópolis, porque, na lei, está colocado que todo o estudo de patrimônio cultural dos bens tangíveis, no caso, o patrimônio histórico, prédios, no momento em que é listado, tem que se tornar público; 180 dias antes tem que mandar para esta Casa a lista para poder ser analisada, e qualquer um dos senhores e das senhoras que discordar pode

apresentar o seu ponto de vista. Isso se chama construir uma cidade coletivamente, e esse método não foi executado.

Cheguei esta noite da reunião do Conselho Nacional das Cidades, do Ministério das Cidades, e quero registrar aqui, Ver. Cecchim e demais Vereadores, que existe dinheiro público para fazer projetos e inclusive para investir na preservação do patrimônio, a e nossa Cidade está aquém, está desperdiçando essas oportunidades. Porque, para preservar, não basta fazer uma listagem; nós temos que ter uma política de incentivo e de investimento, nós temos que discutir sobre o que fazer com índices e sobre como se reverte isso em benefício daquele que preserva. Nós temos que discutir a questão dos impostos, nós temos que discutir a questão de outros investimentos. E aqui, alguém falou de Paris, que quem preserva na Europa inclusive recebe um subsídio do Estado para manter aquela preservação, e manter com qualidade. Então, nós precisamos fazer esse debate.

Esse não é um tema fácil, mas nós precisamos debater esse tema e que as regras sejam claras, que as leis sejam claras. A Cidade precisa se renovar? Precisa. A Cidade precisa também preservar o seu patrimônio? Precisa. Então, quero dizer aqui que este debate só esta sendo feito neste momento graças à mobilização que os senhores e as senhoras fizeram. Portanto, quero registrar, em nome da nossa Bancada, a contribuição, neste momento, para que nós possamos fazer com que esse tema não fique para ser pego de surpresa, para que não haja diálogo. Tem que haver diálogo, tem que haver proposta, tem que haver transparência e tem que haver a democracia participativa no que diz respeito a construir uma cidade. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, moradores e vítimas do bairro Petrópolis, obrigado por estarem aqui. Eu queria, para fazer justiça aos meus colegas Vereadores desta Casa, primeiro, dizer que eu sou autor do projeto, mas esse projeto pertence a todos os Vereadores que aqui se pronunciaram, que aqui vão votar e que estão preocupados, tanto ou como eu, com vocês. Então, quero

agradecer pelos pronunciamentos da Ver.^a Jussara Cony, do Ver. Bernardino Vendruscolo, da Ver.^a Any Ortiz, da Ver.^a Mônica Leal, do Ver. Márcio Bins Ely, do Ver. Cassio Trogildo, do Ver. Airto Ferronato, da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Eng^o Comassetto. Eu achei bonitos os discursos, mas quero convidá-los a votar no nosso projeto, não só discursar.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu acho que estamos hoje nas mãos dos Vereadores. A consciência deles já está de acordo com quem trabalha uma vida toda para ter o seu patrimônio. Agora, junto com o ato de anulação do Prefeito, que teve a sensibilidade de anular esse ato que ele fez, pela pressão que vocês exerceram, eu queria ter aqui a garantia do Epahc, aqui representado, e dessas pessoas que fizeram o ato, meio atabalhado, que teve que ser anulado, que não vão agir com subterfúgios durante a noite, colocando os nomes desses prédios de novo na lista.

Eu quero a garantia desses técnicos, quero a garantia deles de que não vão fazer uma listagem noturna, colocando os imóveis de novo nesta condição que já estão. Os Vereadores de bom senso desta Casa não vão se calar; as pessoas de bom senso de Porto Alegre não vão se calar. Nós vamos estar aqui sempre alerta, em prontidão, para fazer quantas assembleias forem necessárias, quantas reuniões forem necessárias. Nós não queremos acabar com o patrimônio histórico, nós não queremos acabar com inventário; nós queremos acabar com a histeria que se faz, sem critério nenhum. Se tiver critério, nós somos a favor, mas com critérios claros, que não traga prejuízos para ninguém, nem para o Município. Mas não venham aqui com este argumento de que a Câmara não tem suporte técnico... Mas o que é isso? Suporte técnico é isso que eles fizeram para deixar 500 famílias sem propriedade?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Que suporte técnico é esse? Aqui na Câmara, se vier listado com inventário, sem inventário, que seja feito às claras, como manda a lei; se tiver justificativa, essa Casa não vai dizer não. Nós não estamos loucos aqui. Os Vereadores

ainda não estão loucos; nós temos muitos defeitos, até incompetências, mas temos a sensibilidade da Cidade. Os moradores da Cidade vieram até os Vereadores. Graças a Deus, a grande maioria, como vocês viram aqui, foi e é sensível para proteger os seus cidadãos e até para proteger o patrimônio histórico, quando merece ser protegido. Quando for histórico, quando tiver objetivamente condições de se fazer essa listagem, esta Casa não vai faltar com apoio. E nunca vai faltar com apoio àqueles que trabalham, àqueles que formaram um patrimônio durante uma vida e tiveram que vir aqui durante uma tarde, passaram quantas vezes nos nossos gabinetes, fizeram reuniões para proteger aquilo que já é deles. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu vou fazer um registro: podem ficar com qualquer cartaz, mas não podem colá-los no prédio. Podem ficar com ele na mão, podem fazer qualquer tipo de manifestação, só solicito - já havia solicitado à Guarda - que não os coloquem lá. Esta Casa é bem democrática, mas ali pode estragar o material da Câmara. Então, solicito que retirem a faixa.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Sr. Presidente, entendo razoável o seu pedido. Não represento as pessoas que estão aqui, todos têm sua autonomia, não têm relação direta com o mandato, mas faixas já foram colocadas em outras ocasiões para outros temas. Não há nenhum dano ao patrimônio que justifique. Se nós, agora, tirarmos essa regra, essa regra terá que valer.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, essa regra esteve num determinado momento, quando eu não era Presidente. Eu quero lhe dizer que não há problema, e eu volto a repetir: toda e qualquer manifestação com cartazes pode ser feita aqui na Casa, desde que não sejam afixados. Não há problema nenhum.

A Sra. Sofia Cavedon: Qual é a base legal?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): É para preservar, Vereadora; V. Exa. foi Presidente e sabe o que é a gestão. Não há nenhum problema.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Se houvesse um dano ao patrimônio, eu concordaria.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, depois que ocorrer o dano, quem será responsabilizado será este Vereador como Presidente. Não há problema, façam qualquer tipo de manifestação. Só colabore com a Casa, Vereador.

A Sra. Sofia Cavedon: Sr. Presidente, é carpete com fita durex. Nesse caso, não tem como acontecer dano.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Tem, sim, Vereadora. Podem fazer os cartazes, mas vou solicitar o bom senso de todos. Eu sei que vocês querem ajudar e preservar a Casa.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o assunto já vai longe demais. Nós temos hoje, em verdade, a possibilidade de cortar a ponta de um *iceberg*, que é o Decreto que colocou cerca de 500 imóveis, no bairro Petrópolis, na indisponibilidade. Isso seria razão para nós festejarmos, mas eu quero deixar muito claro que isso é o começo. Nós temos que ir muito mais longe a esse respeito. Eu até considerava o projeto de lei proposto pelo Ver. Idenir Cecchim como um remédio, um bálsamo para uma ferida aberta, que agora começa a ser cicatrizada. Deixa de ser um bálsamo e passa a ser uma vacina contra a tentativa de perseguir e prosseguir nesse dispositivo de cometer esse paradoxo de restringir o direito de propriedade e, ao mesmo tempo, onerar o proprietário com uma responsabilidade que não pode lhe ser transferida.

Por isso, eu quero cumprimentar os moradores do bairro Petrópolis que hoje estão aqui nos apoiando; cumprimento com a autoridade de quem normalmente é vaiado aqui pelas pessoas que vêm apoiar outros projetos, com os quais eu não concordo. Hoje, o aplauso de vocês ao Ver. Idenir Cecchim é o aplauso às ideias que a gente defende, de que não pode um sentimento absolutamente justo, que é a preservação da memória histórica da

Cidade ser utilizado para outro fim, entre os quais o de mutilar o direito do cidadão de ter o seu próprio imóvel e dele gozá-lo livremente.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Por isso, ao lado do cumprimento que faço a todos vocês, nesse trabalho maravilhoso que envolveu pessoas das mais diversas tendências políticas na Casa, o que é elogiável, o que eu aplauro, eu quero deixar um apelo: não cruzem os braços, a luta mal começou. Nós iremos até o fim e veremos os direitos de vocês preservados.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Quero também agradecer o bom senso dos que estão retirando os cartazes, mas podem segurá-los aqui como forma de manifestação. Não há problema algum. Registro a presença do Ver. Douglas Peralta, do PSDB, de Dom Pedrito.

(15h30min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a discussão e votação do PLCL nº 005/14. Após, retornaremos à ordem normal. O projeto Ciclovitário tem muitas emendas destacadas, portanto, vai haver uma discussão bastante longa, o que já enfrentamos há alguns dias, e também seria uma homenagem a toda essa comunidade do bairro Petrópolis. Quero ainda me somar à manifestação do Ver. Nereu D'Avila, e também à solicitação que o Ver. Pedro Ruas havia feito, em relação a uma Moção, que são projetos sem encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador.

O SR. NEREU D'AVILA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a discussão e votação do PLE nº 033/13. Após, retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Muito boa tarde a todos e a todas. Presidente, Ver. Professor Garcia, eu venho aqui saudar todos os moradores do bairro Petrópolis. Eu sou vizinho, sou do bairro Jardim Botânico, da Rua Itaboraí, nº 139, e acompanhei toda essa discussão. E quero saudar todos os outros moradores de Porto Alegre que aqui estão. Eu gostaria aqui de encaminhar, em nome da minha Bancada, de uma forma divergente do encaminhamento do Ver. Valter. Vou explicar e pediria um minuto para que eu possa expressar minhas razões e estabelecer um diálogo da forma que julgo que as decisões devem ser tomadas. E justamente o fato de estarmos aqui hoje à tarde, especialmente os senhores e as senhoras, atingidos por esse ato equivocado, malfeito por parte do Executivo Municipal, se deve ao fato de se tomarem decisões no afogadilho, de se tomarem decisões sem o embasamento, sem o preparo, sem a discussão. E dá nisto: dá nesse tipo de ato sem diálogo, acontece isto que os senhores estão vivendo aqui, e com toda a razão.

Aliás, eu já transmiti publicamente o meu apoio para que o Prefeito revogasse o ato, pelos inúmeros equívocos. E, mais uma vez, apesar de ser desnecessário, transmito apoio à luta pela revogação à forma como foi feito, equivocadamente, o ato do Sr. Prefeito sobre o inventário de Petrópolis, e entendo que, por um erro, por uma forma mal feita, nós não podemos em 40 dias modificar uma legislação que tem um alto impacto sobre o futuro de toda a Cidade.

E a minha fala não é contra nem a favor. (Vaias.) Agradeço as vaias. Mas eu acho fundamental que as decisões sobre o futuro das cidades sejam discutidas.

Eu, quando fui me debruçar e conhecer mais o que está em jogo, digo que está em jogo, sim, muito da proteção da nossa Cidade. E vários bairros lutaram aqui, nesta Câmara de Vereadores, para serem inventariados. Vários moradores têm se mobilizado em outros

bairros, porque estão tendo seus imóveis, inclusive, valorizados. (Vaias.) É outro caso! Olha, bairro Moinhos de Vento!

E eu não sou populista, eu poderia vir, aqui, fazer um discurso e arrancar aplausos a favor do Prefeito, mas eu não sou populista. Eu sou da oposição.

Eu acho que nós temos que pensar o futuro do bem público dialogando. Foi isso que faltou à Prefeitura Municipal, e, por causa desse equívoco, nós não podemos repeti-lo. Vamos encaminhar um pedido de audiência para que se debata a mudança. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, o Requerimento do Ver. Valter tinha o objetivo de homenagear este público seletivo que nos prestigia com sua presença. E não é uma situação inédita na Casa, é comum que isso ocorra. Agora, se nós vamos encaminhar a votação do Requerimento, nós vamos frustrar o objetivo. Temos que ensejar a votação o mais rápido possível. Então, peço que V. Exa. coloque em votação o Requerimento do Ver. Valter.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, só que V. Exa. sabe, já está há muito tempo nesta Casa, que, quando isso ocorre, o Vereador tem o direito de encaminhar a matéria.

O Sr. Reginaldo Pujol: Perfeitamente, vamos encaminhar a votação, e, depois, colocá-lo em votação.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein.

A SRA. FERNANDA MELCIONNA: Os moradores estavam com uma faca no pescoço até a tarde de hoje, e nós, desde o início, nos posicionamos contra a forma como o Prefeito fez o decreto, contra os procedimentos ilegais que foram feitos neste processo. Porque foi uma votação sem quorum. O Epahc, sem justificativa e sem os laudos que comprovem a necessidade de inventariar determinados imóveis, não é parte, Ver. Kopittke, de um processo legítimo de preservação do patrimônio histórico. Nós temos uma

lei que fala do inventariamento e do tombamento, que são figuras diferentes, que não foi regulamentada, porque teria benefícios que os moradores não poderiam usufruir hoje; benefícios que eu, sinceramente, quero compartilhar com vocês, como a venda do potencial construtivo, que eu acho ser bem difícil. Para quem não vem do ramo imobiliário é muito difícil entrar e garantir essa venda. Então, eu acho que tem que ter um processo de regulamentação que simplifique as coisas e garanta os mesmos valores. Porque nós sabemos que no Brasil o sistema tributário é extremamente injusto. É a classe média e os trabalhadores que são massacrados pelos impostos, enquanto os ricos e poderosos pagam proporcionalmente muito menos impostos do que a população da classe média, os profissionais liberais. Então, comprar uma casa é algo extremamente difícil. Eu ainda não tenho casa própria e sei como é duro financiar, pagar para garantir direitos. Sei que a maioria dos moradores de Petrópolis quer seguir nos seus imóveis, mas quer seguir nos seus imóveis com direitos, quer seguir nos seus imóveis podendo pintar a fachada e não ficar seis meses esperando uma liberação para fazer a pintura da sua fachada. É sério. (Palmas.). Isso é um problema grave. Portanto, eu quero me solidarizar e dizer que a faca no pescoço, com a anulação do decreto, caiu. E nós precisamos sair daqui com um grupo de trabalho paritário, com moradores, com prazo, com calendário, e com a garantia do Epahc de que não fará nenhum ato arbitrário.

E eu vou ser muito sincera com vocês, porque eu sou muito sincera e nunca escondo as minhas opiniões que sempre são sujeitas a mudanças. Eu entendo que nós não podemos, por um erro grave que foi feito com os moradores do Petrópolis, por um erro grave que o Epahc fez - e a Prefeitura do Governo Fortunati agora revê a sua posição e anula o ato, graças à mobilização de vocês -, cometer outro erro. Dois erros nunca fazem um acerto! E eu quero debater argumentos! E nós podemos debater no processo que nós queremos uma audiência pública para discutir com toda a Cidade, que todos vocês venham e falem como falaram na reunião pública lá no bairro Petrópolis, que a Agapan possa falar, que os moradores, a turma do IAB possa falar, que outros moradores da Cidade possam discutir! Porque, sinceramente, vocês conhecem, vocês são pessoas esclarecidas, o peso do poder econômico sobre a política. Aqui nesta Câmara eu já vi quererem vender o sol, quererem vender a orla do Guaíba! E era o peso da especulação imobiliária sobre a Câmara de Vereadores! E eu não acho que nós tenhamos conceito técnico para discutir; sinceramente, eu teria que ouvir vocês e ouvir o técnico, porque eu

não conheço a estrutura arquitetônica suficientemente, a não ser o básico, o modernismo, o neocolonialismo, enfim. E eu acho que tem que mudar o Epahc, eu acho que tem que pensar maneiras de aproximação de democracia no processo de inventariamento e tombamento na Cidade, tem que radicalizar a democracia!

Agora, não se enganem: não vai ser vindo para a votação na Câmara de Vereadores que nós conseguiremos radicalizar a democracia. Infelizmente, infelizmente, nós vimos rasgarem o Plano Diretor por interesses privados! Estou dizendo: rasgaram o Plano Diretor! E se voltasse para cá o tombamento e o inventariamento, eu tenho certeza de que as casas da Luciana de Abreu não teriam sido tombadas, inventariadas.

Então, eu faço um apelo para vocês: que nós possamos fazer esta discussão numa Audiência Pública, agora que foi anulado o decreto. Dois erros nunca fazem um acerto!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver.^a Fernanda. O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores moradores, principalmente de Petrópolis, eu venho aqui encaminhar em nome do meu Partido, do meu querido amigo, Ver. Cassio Trogildo, Ver. Paulinho Brum, e o Ver. Elizandro Sabino. Eu, realmente, fico impressionado com o Epahc, fico impressionado com a boa atenção que eles deram ao bairro Petrópolis, porque, de uma hora para outra, foram lá, listaram, inventariaram. E eu fiquei pensando, porque fui vizinho de vocês, eu morei nas ruas Eça de Queiroz, Faria Santos, Dona Eugênia, só que eu morava dentro de uma Kombi, só falta o Epahc ir lá e listar aquela Kombi que eu morava dentro! É um absurdo isso aí de listar as casas de vocês. O cidadão construiu o seu patrimônio, quem sabe tem um terreno só, tem oportunidade de trocar ou permutar para dar um apartamento para o seu filho, quem sabe, para sua filha, para sua família, e aí chega uma hora dessa e não tem a oportunidade de fazer o seu negócio. Então, senhores, eu quero dizer para vocês que cansei de almoçar na sua casa, cansei de jantar na sua casa, porque vocês foram os amigos que me ajudaram muito, em respeito a vocês, podem ter certeza absoluta que eu sou favorável. E não vou falar os

cinco minutos porque, realmente, nós queremos que vocês voltem logo, mas aprovado o projeto do Ver. Cecchim aqui, para nos dar tranquilidade de vocês terem a sua residência e os seus patrimônios respeitados por esta Casa. Então, obrigado, senhores.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Brasinha. O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, respeitável público, esta Casa é uma casa de diálogo, é uma casa eminentemente política e que representa todos os segmentos da cidade de Porto Alegre, e, ao longo do tempo, foi formando aquilo que comumente se chama de direito consuetudinário, o costume forma um direito que, inclusive, nas faculdades de direito, é atribuído como um princípio geral de direito. Por isso que, apesar de a Mesa e as Lideranças elencarem uma ordem de projetos para serem votados, existem inúmeros na Casa. Também está presente, aqui – e eu requeri para ser em primeiríssimo lugar porque não há discussão, apenas votação simbólica – um projeto de utilidade pública. Imaginem, V. Sas. que esse projeto está na Casa desde 13 de setembro de 2013, portanto, há quase oito meses. Então, eu requeri, e a Mesa anuiu, colocá-lo hoje, em primeiro lugar. Não tem discussão, são dois minutos. Então esse deve ser o primeiro.

O Ver. Nagelstein requereu, e eu acho que com justiça, porque eu falei em direito consuetudinário, ou seja, o costume, que, sempre que os porto-alegrenses, os cidadãos, as cidadãs que sustentam esta Cidade, que são a essência da democracia de Porto Alegre e que têm uma postulação tão justa que foi revogado um ato do Prefeito... E, aí, eu quero ressaltar, porque foi dito, aqui, algumas vezes, um pouco acaloradamente, apenas para fazer oposição por oposição, que houve equívocos políticos na discussão. Pode ter havido, isso é normal! Agora, numa das tantas reuniões importantíssimas e de grande comparecimento, no bairro Petrópolis, o próprio Prefeito esteve presente. Poderia mandar o Vice-Prefeito, o Sebastião Melo, que é um grande dialogador, que, hoje, tem dialogado com setores mais amplos da sociedade; mas, não, o Prefeito foi pessoalmente, mostrando o interesse. E, depois, nós, Vereadores da base, estivemos com o Prefeito e

todos, unanimemente, solicitamos a revogação, que foi feita – isto tem que ser dito – pelo Vice-Prefeito. Eu acho que Porto Alegre, e vocês são partícipes desse contraditório, insere-se nas capitais que mais dialogam com as suas populações, e isso não é nenhum fenômeno anormal, porque nós temos uma democracia representativa, nós temos um Orçamento Participativo em que o dinheiro público é direcionado, parte dele, pela própria população, para onde deve ser aplicado. Isso é democracia, e Porto Alegre exerce essa democracia!

Então eu venho aqui explicar para a população que o Requerimento do Ver. Nagelstein é absolutamente normal, porque é natural, se as pessoas vêm aqui, que elas sejam imediatamente atendidas. (Palmas.) Hoje nós temos aqui, com grande prazer, a presença de Vossas Senhorias. Portanto, vamos colocar, em primeiro lugar, a utilidade pública, meu Requerimento, que é dois minutos, não tem discussão, e imediatamente o projeto do Ver. Cecchim, que será aprovado com ampla maioria não apenas em função da presença de V. Sas. aqui, mas é que há, por trás disso, muitas reuniões, muitas dores de cabeça, muitas reivindicações. Eu leio tudo que cai em minhas mãos e posso dizer que é um manifesto muito benfeito por S. Sas., no qual diz que não há uma lei, mas uma decisão judicial que manda notificar as pessoas – que não foram notificadas! – dos problemas do inventário. Portanto, a Bancada do PDT se posiciona claramente a favor de que a Casa passe agora a trabalhar com a presença calorosa e muito bem-vinda de todos os nossos porto-alegrenses que aqui estão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação de Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Vereador-Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, cumprimento os moradores do bairro Petrópolis. Também sou moradora do Bairro, só que do lado esquerdo, do lado do Zaffari, lado que já foi completamente desvirtuado pela construção de edifícios. Em período anterior a este movimento de vocês, nós acolhemos muitas mobilizações de moradores brigando contra os espigões na sua janela, na sua área de serviço, do lado, impactando a qualidade de vida. Quero dizer que

nós temos vontade de trabalhar com mais vagar a alteração da lei, e digo por quê. Não é um problema de mudar a ordem; é um problema, por exemplo, de que esta lei, além de não ser cumprida, nos procedimentos básicos, Presidente, não é cumprida também num outro artigo muito importante, o art. 16, que vocês devem ter lido, que possibilita a transferência de índice construtivo no caso de uma casa tombada. Cumprimento o Álvaro e a Lígia, antigos companheiros do coral da UFRGS e sempre cantores, em nome deles todos vocês.

Eu fiz uma conta aqui, o Eng^o Comassetto me ajudou a fazer uma conta, porque eu acho que a lei é desconhecida. Um terreno de 450 metros quadrados, pela Lei do Inventário, poderia transferir 50% do seu índice construtivo. Como lá é 1,6%, em média, e o padrão de um apartamento é 63 metros, vocês poderiam comercializar - ficando com a sua casa e seu terreno - o valor de sete apartamentos de três quartos.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Gente, podemos dialogar? Não é vendendo a casa, mas para preservar o imóvel.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: O Ver. Valter não quer ouvir o valor do instrumento e o inventário. Isso não é mentira, está escrito na lei. Então, preservada a casa... Pessoal, vocês podem escutar? Podem divergir! Preservada a casa e o terreno, ficando com a família, a família tem essa liquidez no caso de inventário. Pela lei, se fosse cumprida. Por que essa lei, desconhecida e não cumprida, não é melhor estudada por todos nós? Essa é a nossa divergência de votar um projeto que entrou e passou pela CCJ, não passou por nenhuma outra e veio para a Ordem do Dia. Acaso é um critério político de maioria num Parlamento, um critério mais seguro para os moradores? Eu me pergunto! É mais seguro para os moradores, para o seu interesse e para o seu patrimônio? Eu tenho dúvidas! Porque as maiorias são ocasionais, se movimentam por interesses.

Eu quis dar esses dois exemplos do que existe na lei de não cumprido e do que existe de proposição. Acho que retirada a espada da cabeça de vocês, nós deveríamos constituir

um grupo de trabalho técnico, sério para analisar com muito vagar e com muita criteriosidade para a gente conseguir proteger seja a cidadania, que agora a gente recompôs, e o Sebastião Melo veio aqui inclusive anunciar, porque insistimos que a Prefeitura respondesse, seja proteger a Cidade que desejamos, porque ao legislar sem saber a consequência do que se legisla, acontecem desastres, conflitos na Cidade. Presidente, peço que o senhor segure o meu tempo só para eu encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, já encerrou o seu tempo, só conclua.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu concluo...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador, estou incomodando tanto assim?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Por gentileza, Vereadora, conclua.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Fico impressionada com isso! Eu concluo, dizendo que nós gostamos e sempre defendemos, desta tribuna, por exemplo, que houvesse audiência pública, que houvesse a escuta e a mediação com os moradores. Os Vereadores que aqui vieram agora bradando e defendendo V. Exas. não permitiram a audiência pública para a mudança das ERBs, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereadora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Das antenas de radiobase que vão atingir a saúde da população. Então, desconfiem de quem... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. ELIZANDDRO SABINO (Requerimento): Sr. Presidente, nós estamos aqui discutindo um Requerimento, e quero solicitar que seja colocado em votação, porque todas as falas estão sendo procrastinatórias. Vamos colocar em votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): V. Exa. não está me ajudando neste momento, porque o seu Partido encaminhou. Vou colocar em votação, mas vou explicar, porque há Vereadores que parecem que não entenderam o que vamos votar.

Qual é o encaminhamento? De comum acordo, o Ver. Valter Nagelstein solicitou, e, em ato contínuo, o Ver. Nereu D'Avila, que seja votado, primeiramente, o PLE nº 033/13, que não vai ter encaminhamento, e depois o PLL nº 380/13, de autoria do Ver. Mario Manfro, rapidamente, e, imediatamente, entramos no projeto do Ver. Idenir Cecchim. É isso, Vereadores? (Pausa.)

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Em discussão o PLE nº 033/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 380/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, o senhor acabou de aprovar um projeto em votação simbólica, eu gostaria de pedir verificação de votação, como foi feito com o nosso projeto. Como, a partir de agora, nas votações simbólicas, iniciada a discussão do projeto seguinte, poderá ser solicitada a verificação de votação, quebrando um costume desta Casa, por favor, eu solicito verificação de votação.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Defiro seu pedido. Em verificação de votação, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, o PLE nº 033/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 380/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento nº 050/14. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 123/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria da Bancada do PP, ao PLCL nº 005/14.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLCL nº 005/14.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 057/13.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 057/13.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 10, nº 12, nº 14 e nº 18 ao PLCE nº 010/13.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, à Emenda nº 12 ao PLCE nº 010/13.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 12 ao PLCE nº 010/13.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, ao PLL nº 116/12.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 116/12 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Em votação nominal, solicitada por esta Presidência. (Pausa.) **APROVADO** por 14 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**; 6 **ABSTENÇÕES**.

A SRA. MÔNICA LEAL (Questão de Ordem): Sr. Presidente, com base no art. nº 177 do Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre, eu peço que sejam considerados ausentes os Vereadores que não votaram. Está aqui. (Lê): “Nenhum Vereador poderá escusar-se de votar, sob pena de ser considerado ausente, salvo se tiver declaração prévia de estar impedido ou, nas votações, declarar que se abstém de votar”.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Feito o registro, Vereadora.

O Sr. Mario Fraga: Sr. Presidente, V. Exa. colocou em votação nominal o Requerimento do Ver. Valter Nagelstein que solicita dispensa do envio às Comissões. Daqui para frente será norma na Casa?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não, Vereador. É que, como já pediram, hoje, eu vou adotar este sistema.

O Sr. Mario Fraga: Hoje.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Depois, numa reunião de Líderes, veremos o entendimento. É por precaução.

O Sr. Mario Fraga: V. Exa. tem plena razão.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLL nº 368/13.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 368/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação nominal, solicitada por esta Presidência. (Pausa.)

O Sr. Márcio Bins Ely (Questão de Ordem): Vereador, no que diz respeito ao pedido de verificação de votação. (Lê.): “Art. 175...”

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, esse assunto não é o que estamos tratando. Já lhe dou uma Questão de Ordem após isso.

O Sr. Márcio Bins Ely: Mas o senhor está colocando novamente em votação nominal, e eu quero discordar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, V. Exa. pode discordar, mas após.

O Sr. Márcio Bins Ely: Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

O Sr. Márcio Bins Ely (Questão de Ordem): Sr. Presidente, eu entendo que as votações simbólicas agilizam o processo de aprovação na Casa, e o art. 175, no seu § 1º, diz que as votações simbólicas poderão ser verificadas. Então, elas podem ser concedidas ou não por V. Exa. quando houver uma dúvida, mas não por afronta, como está sendo encaminhado aqui pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. O senhor concede ou não se houver uma dúvida, mas não porque ele quer ou porque tem alguém afrontando aqui. Nesse sentido, eu quero discordar desse encaminhamento, que abre todas as votações nominais.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): É um direito que assiste a Vossa Excelência.

O Sr. Valter Nagelstein: Sr. Presidente, o senhor é o Presidente de nós todos. O senhor é o zelador do Regimento da Casa. Os Vereadores se manifestaram em um requerimento pela inversão da priorização. Votamos a inversão da priorização. Aí estão sendo embutidos, o senhor me perdoe a expressão, os requerimentos. Eu quero solicitar a V. Exa., rogar a V. Exa., que votemos aquilo que foi votado e que deixemos os requerimentos para frente. O plenário já se manifestou, Presidente! Daqui a pouco mais, por uma manobra de plenário, regimental, cai a Sessão, e nós não vamos conseguir votar e frustramos a população que ocorre à Casa do Povo no dia de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, eu só quero registrar que o que estamos fazendo hoje é o que sempre foi feito nesta Casa. Este Vereador já é Vereador há 18 anos e, sempre quando se entra na Ordem do Dia, isso é apregoadado, mas eu respeito a posição de Vossa Excelência.

Em discussão o PLCL nº 005/14. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 005/14.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, muito especialmente os moradores de Petrópolis, bairro que me acolheu nesta Cidade, onde eu vivo há mais de 30 anos, quando de Bagé vim com a minha família para cá; pessoas algumas com quem eu cruzo no bairro. Quero saudá-las e quero saudar essa mobilização da cidadania que faz valer os nossos direitos, e é assim que nós construímos a nossa realidade, que fazemos valer os nossos direitos, uma grande conquista no dia de hoje - relativa! Relativa, porque, ao mesmo tempo em que se revoga o ato de apontamento das casas, também a Prefeitura Municipal estabelece um gravame sobre todos os imóveis de Petrópolis, cerceando o direito de propriedade. Portanto isso é muito grave, e deve ficar esse alerta desde já. Eu lamento que o nosso Vice-Prefeito tenha vindo aqui... Aliás, eu celebro que ele tenha vindo, mas lamento que a verdade não tenha sido dita na sua inteireza, porque, ao mesmo tempo em que se revogou o ato, criou-se uma restrição-bloqueio. Os bens todos de Petrópolis, a partir de agora, estão bloqueados! Isso deve manter a nossa luta em pé.

Eu quero, Sr. Presidente, ainda, rapidamente, sobre a questão de ordem que levantei, dizer o seguinte: eu propus um projeto de lei – só um parêntese –, para que, a partir de 2015, os táxis de Porto Alegre, que são serviços autorizados, sejam elétricos. Isso já existe em várias cidades do mundo e é questão ambiental, melhora a qualidade do ar. Aí o Executivo manda um projeto de lei para cá que altera a lei geral dos táxis. Portanto eu tenho que alterar, na ementa, aquela referência que faço ao projeto de lei, trocando a lei anterior dos táxis pela nova lei. Aí vem para cá para ser apregoado! E aí se faz o pregão! E os Vereadores, que estão discutindo um outro tema, que é este de que nós temos que estar inteirados, e não prestam atenção! E aí, de repente cai, Sr. Presidente, como pode cair agora, porque está todo o mundo conversando!

Então, vejam que a questão é delicada! Nós temos que enfrentar o que está sendo enfrentado neste instante, o que foi requerido.

Eu quero dizer aos preservacionistas que eu também me considero alguém que gosta de preservar, que admira e que sacraliza o patrimônio histórico quando ele, de fato, é histórico. Eu vou dar um exemplo: o prédio da Alfândega ali no Centro, um dos mais bonitos de Porto Alegre, que, há 20, 30 anos atrás, vieram e construíram um caixão quadrado, onde está instalada a tal da DRT. Mataram o prédio da Alfândega! Aquilo é um crime! É um crime contra o patrimônio histórico! É um crime de lesa-pátria! Com relação a

essas coisas, sim, nós temos que exercer o nosso direito de indignação e cobrar, porque aquilo é o patrimônio histórico!

Agora, eu vou lá na Rua Álvares Machado, nº 100, numa casa do final da década de 1960, igual a qualquer outra casa, e o Epahc diz: “Isso é patrimônio histórico”. É o patrimônio de uma família, que constituiu, ao longo da sua vida, somente – talvez – um imóvel, que é o que tem para deixar de legado para a sua sucessão, para os seus filhos, que tem o desejo, como tantas outras, de poder fazer uma permuta, aí chega lá alguém, na calada da noite, de forma inadvertida – como a própria Justiça já reconheceu -, atropelando o direito constitucional, o direito administrativo, o direito civil, ferindo o direito de propriedade, mexendo nas faculdades do direito de propriedade, que é o direito de gozar, usar, fruir e dispor. Não se pode mais dispor do imóvel! E não se notifica! E nós temos que achar que isso é normal! Isso não é normal, isso é uma subversão dos valores pelos quais nós, como sociedade, lutamos e temos lutado desde sempre!

Mas isso, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, quer dizer, Ver. Kevin, que não pode preservar? Claro que não, Ver. Villela – V. Exa. que já foi Prefeito e que tenho certeza de que está conosco e que vai votar com o Ver. Cecchim -, Ver.^a Mônica e tantos outros. Quer dizer que não pode preservar? Claro que não! E aqui eu me dirijo a alguns preservacionistas que aqui estão, por quem tenho o maior respeito, mas quem quiser preservar o seu patrimônio, primeiro, ter a faculdade da liberdade de chegar lá no Epahc e dizer o seguinte: “Olha, a minha casa é histórica, a minha casa tem características X, Y, Z, eu quero que vá uma equipe lá e que tombe a minha casa!” A casa vai ser tombada se a pessoa quiser que a tombe! (Palmas.)

Nós não estamos ferindo o direito de propriedade de ninguém, nós estamos respeitando a história daquelas pessoas, daquela família, daquele imóvel. Nós estamos respeitando a liberdade de quem quiser ir lá e dizer: “Olha, a minha casa é histórica, eu quero que a preservem, lá morou meu avô, que era isso, morou a minha bisavó, lá o meu construiu com muita dificuldade, tem característica de *art déco*, de modernismo, disso, daquilo, quero que a preservem”. Aí vai lá o patrimônio histórico. Que bom, vamos aplaudir e vai preservar.

O que não se pode fazer, Sr. Presidente, é como tem sido feito. E é por isso que a Câmara está respondendo. E nós tivemos uma vitória, que é parcial – volto a dizer, parcial! Portanto, não podemos esmorecer, nem desmobilizar. A vitória é parcial na

medida em que os bens estão bloqueados. E isso continua sendo uma ofensa ao direito de propriedade! Continua sendo! Tão grande quanto foi o inventário.

Agora, se chegar e fizer o devido processo legal e técnico, entrar dentro do imóvel, olhar a escada, dizer que tem características assim, que foi feito assado, que a fachada é isso, que está preservado, bom, aí todos nós vamos estar juntos aplaudindo, porque, de fato, nós não queremos uma Cidade demolida.

Temos que ter coerência aqui, Sr. Presidente, e concludo dizendo que não adianta nós fazermos um discurso para um público e outro discurso para outro público. Quando as votações no painel do plenário se expressam, cada um dos cidadãos pode ver, exatamente, o que, às vezes, uns dizem na tribuna, mas têm como prática e como voto algo completamente diferente. Na verdade, estão aqui para ilaquear, iludir a boa-fé das pessoas.

Parabéns aos moradores de Petrópolis. Vamos aprovar esta legislação, Ver. Cecchim; eu o parabenizo e agradeço a V. Exa. e a todos os Vereadores que têm estado mobilizados, os que estiveram na Praça Buri, na Praça Mafalda Veríssimo, que depois mudou, os que estiveram no Petrópole Tênis Clube, os que estiveram no Colégio Santa Inês e aqueles que, mesmo não morando no bairro, têm estado permanentemente nessa luta, que é pela preservação do direito, do sagrado direito do trabalho e da vida das pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 005/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em especial os interessados, seria muito legal se nós estivéssemos fazendo este debate não aqui da tribuna e vocês da plateia. Eu acho que aqui, na hora de votar uma lei... A Câmara de Vereadores, quando se posiciona, ela estabelece uma legislação. E acho que tem muita incompreensão, desconhecimento e imprecisão na Lei do Inventário.

Eu escutava, há pouco, uma comissão - e cumprimento a Agapan, que aqui está em função do projeto das radiobases -, e, de fato, a legislação tem que deixar o assunto mais claro e garantir mais firmemente o protagonismo, a manifestação e a vontade do

proprietário do imóvel, com toda certeza. Ficou muito clara a fragilidade disso, agora, nesse processo de inventário do bairro Petrópolis; e nós, desde aquela audiência pública, dissemos que concordávamos que o processo tinha que ser refeito.

Agora, lendo novamente, sei que a intenção dos moradores é que tenha mais uma instância pública para discutir a listagem e a inclusão no inventário. Só que, da forma como está escrito, Ver. Cecchim, dá a entender que nós, primeiro, nos posicionaremos sobre uma lista - portanto, votaremos -, e, depois, acontece todo o mais, toda a indicação. O art. 3º proposto diz que toda a indicação de imóvel para inclusão no inventário deverá, previamente ao parecer do Compahc, a qualquer publicação na imprensa, à notificação do proprietário ou possuidor e à homologação pelo Prefeito, ser aprovada no Legislativo. Por essa frase, por essa ordem de uma legislação, vocês não serão notificados. Primeiro, deve ser votado aqui na Casa; depois, a notificação. E, aí, já é uma lei.

Eu não entendo, mas acho que devemos refletir como podemos melhorar uma lei que já não é cumprida. Acho que, na sua íntegra, não trouxe problemas em vários outros bairros, mas colocar o Legislativo como uma etapa, antes da notificação de vocês, eu acho muito complicado. Vão ser surpreendidos, porque o debate está na Câmara, a Câmara tem composição política e não técnica.

Então eu, aqui, faço a reflexão e o apelo ao Ver. Cecchim para que se possa instalar uma mesa, avaliar o conjunto da lei, ver o que não está sendo cumprido. Eu falava sobre a transferência de índice construtivo, que o Governo se nega a aplicar. Nós fizemos várias reuniões aqui na COSMAM; o Ver. Beto Moesch chamou o bairro Menino Deus e outros bairros já inventariados, interessados no tema da transferência do potencial construtivo. A Prefeitura nunca topou regulamentar e realizar o art. 16. Portanto, acho que a gente tem que aproveitar o momento da mobilização para melhorar a lei e aplicá-la na íntegra, melhorando aspectos que não estejam dando segurança para o proprietário. E eu tenho dúvidas se esse processo, passando aqui por primeiro, dá segurança ao proprietário, “levanta a lebre”, mas um processo sério tem que ter critérios mais claros, publicados pela Prefeitura. Esses critérios vão ser aplicados um a um, o proprietário notificado recebendo os argumentos para poder contrapor, o proprietário tendo o cálculo o exercício da aplicação dos outros artigos para o seu imóvel... Quer dizer, tem muitas questões que podem melhorar a lei e a execução da lei. Eu tenho dúvida, Ver.^a Lourdes, se essa proposição, que é bem intencionada, do Ver. Cecchim - eu não tiro a boa intenção...

Eu encerro dizendo que nós tivemos dúvidas sobre outro tema, de trazer para a Casa um a um, que são as obras de arte nas áreas públicas. O Ver. Bernardino Vendruscolo tem uma lei que propõe que cada obra de arte a ser instalada seja, nesta Casa, votada e avaliada. E aí são critérios administrativos, técnicos que têm um outro acúmulo que não é para a Casa, o Parlamento, o lugar da política realizar.

Então, um pouco mais devagar, um pouco mais de reflexão, aproveitando que zerou o processo de vocês, acho que ajuda a todos e ajuda à Cidade. Zerou, que eu digo, é que vai recomeçar.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, nós vamos garantir que tenha zerado, que recomece... Eu encerro, Presidente, dizendo que eu tenho pleno acordo e compreendo a desconfiança de Vossas Excelências com o gestor municipal, mas isso não justifica criarmos uma nova norma que seja dúbia e que crie mais insegurança. Vamos tentar avançar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereadora. O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLCL nº 005/04.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Vereador Professor Garcia, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras; Ver. Idenir Cecchim, eu realmente, fico muito preocupado quando a professorona Ver.^a Sofia vem aqui a essa tribuna - eu costumo chamá-la de professorona. Ela tenta implantar as coisas que às vezes é difícil de acreditar, mas ela tenta botar na cabeça da gente. Então, desconfiem! Quando ela vem com esse discurso, desconfiem! Eu sei como a professorona é. Eu sei quando eles são mansos e vêm vindo e vêm vindo e não estão do lado de vocês. Não se enganem, porque, se ela estiver do lado de vocês, quero ver ela votar no projeto do Ver. Cecchim. Quero ver ela votar! E mais ainda: a Ver.^a Sofia é moradora do bairro Petrópolis, ela mora lá na rua Carazinho, ela é vizinha de vocês, ela teria que defender o direito de vocês – o direito de vocês aqui.

Então, senhores, eu realmente quero dizer: eu não sou um Vereador que defende emendas. Eu costumo dizer que emenda para mim é "puxadinho", estraga projeto, é gambiarra, mas eu vou defender uma emenda do meu Líder hoje, porque é uma emenda que realmente vai trazer a audiência pública para cá, Ver.^a Sofia; a emenda do meu Líder, Ver. Cassio Trogildo, vai manter aqui a audiência pública. A senhora pode ter certeza de que vai ter necessidade de audiência pública para debater sobre quando for listado um imóvel. Então, Ver. Cassio Trogildo, o senhor está de parabéns. Eu nunca defendi emenda aqui, é a primeira vez que eu venho a esta tribuna dizer parabéns pela emenda, porque realmente fiquei sensibilizado com sua emenda.

Senhores, podem ter certeza absoluta de que eu vou votar favorável ao projeto do Ver. Cecchim, porque o Vereador vem diariamente defendendo esse projeto e andando no bairro Petrópolis. Então, senhores, se não deu tempo para a Ver.^a Sofia ler o projeto, então ela não vai ter tempo, porque nós vamos votar e aprovar o projeto. E estamos com vocês! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Brasinha. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCL nº 005/14.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e comunidade aqui presente, nós viemos de movimentos do tempo ainda do Porto Alegre Vive, Moinhos Vive, Petrópolis Vive, deve ter pessoas que compareceram àqueles movimentos da época. Portanto, nós temos essa tendência a valorizar a estética dos bairros, a preservar os nossos bairros, a defender o adensamento ao Plano Diretor.

Então, os senhores, com toda essa força de comunidade, conseguiram conquistar todas essas ações que aqui estão, onde todos os Vereadores se pronunciaram na defesa dos seus direitos, a surpresa que foi a falta de comunicação deste Município que veio fazer esse arrolamento de bens, sem dar ouvidos à comunidade. E teve tempo para vir aqui retirar esse ato. Não fizeram. Hoje esteve aqui o Vice-Prefeito, trazendo essa informação. Porém, como já foi dito, não esclareceu que os bens ainda estão bloqueados. Essa é uma preocupação.

Tenho certeza de que o Ver. Cecchim, que tanto se empenhou, apresentou este Projeto e fez audiência, como o apoio dos seus Pares, será bem sucedido nesta proposta, que terá emendas, defendendo esses bens. Eu também defendo aquele patrimônio cultural que tem a sua história dentro da Cidade e que a valorize. Mas não é possível que se faça um arrolamento de bens em que tudo vá à revelia. Não ouvi que esse levantamento foi feito por computador, porque não é possível que se faça uma avaliação e se enquadre bens que não têm expressão cultural, histórica, arquitetônica ou de estilo, neste sentido.

Assim, venho defender este Projeto e cumprimentar o Ver. Cecchim, que teve essa iniciativa. E, mesmo com a pressão dos senhores, o Executivo não retrocedeu. Esse é o estilo do Executivo para outros projetos também.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLCL nº 005/14.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, caros colegas, moradores, acho que a nossa responsabilidade é ter opiniões e expressá-las. Quem gosta de democracia tem que gostar de aplausos e de vaias. Este é o espaço. Para isso serve esta Casa: discussão transparente. Que bom que temos democracia neste tipo de espaço. Sou daqueles que realmente acreditam na democracia.

Sobre este processo, eu acompanhei algumas discussões. Já cumprimentei o Ver. Cecchim publicamente lá na audiência no Petrópolis; o Ver. Valter, pela mobilização. Se o projeto aqui hoje fosse pela revogação do ato do Prefeito sobre o inventário de Petrópolis, eu estaria na segunda fileira, porque eu não sou de tentar tomar lugar de ninguém. Quem tem que estar na primeira é o Ver. Cecchim e o Ver. Valter. Mas não é isso que nós estamos discutindo hoje. Não é isso que está no papel. O projeto, Ver.^a Lourdes, está acabando com um dos institutos mais importantes da proteção do patrimônio na Cidade, que é o inventário. Na prática concreta é isso que nós estamos fazendo aqui hoje.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Presidente, peço que garanta o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Por gentileza, as galerias podem fazer suas manifestações logo após a fala do orador.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Assim como eu acho que os membros do Epahc agiram de forma equivocada e draconiana, eu também acho que nós não podemos agir assim aqui hoje e acabar com esse instituto. E, na verdade, o problema, Ver.^a Fernanda, é que nós não estamos melhorando a Lei, nós não estamos criando incentivo àqueles moradores que já têm o imóvel inventariado, nós não estamos criando nenhum incentivo para o patrimônio; nós só estamos fazendo uma inversão e jogando para o poder político algo que antes era só do técnico - agora fica só para o político. Eu também acho que isso está errado. Eu gostaria de uma discussão para aprofundar, qualificar o projeto. Eu aprendi muito ouvindo, li várias vezes todos os documentos que me foram enviados, vi que a atual Lei tem equívocos - vemos isso no dia a dia da sua aplicação -, está muito aberta, permite a discricionariedade, é draconiana, não tem nenhum tipo de fomento a que o proprietário faça manutenção, joga o ônus, que tinha que ser do Poder Público, muitas vezes. E Governo, ainda por cima, não aplica muitas das questões que estão na Lei. Não tem nenhuma previsão de direito de resposta. Eu acredito que isso esteja errado. Eu gostaria de, nem que fosse em uma semana, reformar toda a Lei.

(Aparte antirregimental.)

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Tudo bem, todos nós sabemos disso. Não é passar para a frente. O problema é que nós gostamos muito de ir à Europa, ver o patrimônio cultural e arquitetônico de lá, e botar no lixo o nosso aqui! Esse é o problema. E temos que conseguir criar um equilíbrio na Cidade. Esse projeto do inventário não serve, na minha opinião, para congelar um bairro inteiro, como foi feito. Isso está errado. Mas ele tem uma função, está servindo em outras partes da Cidade. E nós estamos acabando com esse instituto, na minha opinião, sinceramente. E o que pedi para o Ver. Cecchim... Compreendo que os senhores estão premidos pelo ato arbitrário e autoritário da Prefeitura; aliás, se os senhores ficarem aqui na tribuna, verão, logo em seguida, mais um ato arbitrário da Prefeitura sobre outros temas. Então, convido os senhores, porque esse

é o nosso dia a dia aqui: um Executivo que é da base; todos os Vereadores que estão aqui, jogando para torcidas, são da base deste governo, não dialogam sobre nenhum tema mais nesta Cidade. É só no canetaço! Então, o nosso objetivo era que pudéssemos ouvir um conjunto de entidades, os moradores, e reformular completamente a lei – e acho que poderíamos, aí, sim, ter saído dessa situação, melhorando, protegendo o direito dos moradores e garantindo o futuro da Cidade. Estamos optando pelo caminho mais fácil, vamos resolver o problema dos senhores, só que vamos comprometer todo o patrimônio futuro da nossa Cidade. Eu não gostaria de agir como o Epahc agiu com vocês, como o Prefeito agiu com vocês e gostaria que pudéssemos dialogar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 005/14.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, senhoras e senhores, até nem ia conversar neste período, mas ouvindo o Ver. Kopittke, é necessária uma singela resposta. O discurso todo do Vereador expressa uma posição que nós respeitamos, mas é uma posição de oposição: nada está certo; tudo está errado; o caos está se formando – nada disso nos leva a modificar as posições que se toma. Cada um tem a sua posição, que se respeita. Agora, na verdade, houve um acontecimento: um decreto. A sociedade - no caso, vocês - mobilizou-se; a Câmara ouviu os argumentos todos; nós conversamos com o Prefeito de Porto Alegre, que, certamente, também já tinha em mente e sabia dessa mobilização, e houve uma revogação. Portanto, criticar o Prefeito de Porto Alegre nada mais é do que um puro e pequeno discurso de oposição. Nós vamos votar favoravelmente ao projeto do Ver. Cecchim. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 005/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; olha, gente, eu já dei a minha opinião, não quero repetir, mas tem coisas que não dá para deixar passar.

Vem o Líder do Governo à tribuna e diz que não há nada errado. Bom, então, foi uma maravilha o inventário do bairro Petrópolis; então, o Vice-Prefeito não teve que vir à Câmara anular o ato, porque há coisas erradas, porque fizeram mal o processo, porque tombaram; aliás, inventariaram, na verdade, não tombaram - quero entrar neste debate, Fernando -, fizeram o inventário à revelia.

Desculpem, mas em dois imóveis, em cima é inventariado e embaixo não é! É inexplicável! É inaceitável! Não tem lógica arquitetônica nenhuma! Se o prédio tem uma estrutura e uma escola arquitetônica que precisa ser preservada, é inteiro.

Então, houve erro no processo. E houve muitos erros no processo: no quórum do Epahc; erro no processo; erro no diálogo, que não houve, porque as pessoas foram comunicadas pelo Diário Oficial. Então, desculpem, mas foi um caos.

Não é porque não queremos cometer dois erros para a Cidade – e eu vou entrar nisso – que, agora, o grande responsável não é mais responsável. Se existe um responsável pelo problema que está acontecendo hoje no Petrópolis, é o Governo Fortunati. Não foi o Ver. Alberto Kopittke que listou os imóveis. O decreto não foi assinado por nenhum Vereador da oposição. O decreto foi assinado pelo Prefeito. Os pingos têm que ficar nos is.

Hoje, teve anulação do ato, mas segue o bloqueio. Não saiu o grupo de trabalho, com cronograma, paritário, com moradores, com Câmara de Vereadores, também, Ver. Cecchim. A Câmara tem que estar no grupo de trabalho, mas tem que ter metade de moradores e metade de integrantes do Governo.

Agora, eu não posso aceitar que venham para esta tribuna Vereadores da base como se não fossem do Governo. Quem são os Secretários do Fortunati? De onde vieram? Reproduzem-se na luz? Não! São indicados pelos partidos políticos da base aliada que estão vindo a esta tribuna, desculpem, para falar coisas para agradar vocês, mas que não assumem a responsabilidade de seu próprio Governo de um ato equivocado, antidemocrático e autoritário. Ponto.

Nós temos que fazer a discussão sobre qual é a diferença entre inventário e tombamento. Existe uma diferença gritante entre os dois. Porque um bem tombado tem muito mais incentivos de parte do Poder Público; e inventariado é outro conceito arquitetônico - está

na lista lá do inventário, etc: sujeita-se a uma série de restrições para ser preservado. E, ao mesmo tempo, aquilo que está previsto na Lei nº 601 não é regulamentado, que é a troca de potencial construtivo, para que não haja ônus para os proprietários, que nós sabemos que economizam para poderem comprar as suas casas, que financiam seus imóveis durante 30 anos, que são trabalhadores, profissionais liberais e que têm o ônus de se sujeitar a decisões autoritárias.

Feito este registro, nós temos que discutir o processo, a forma, o método e o conteúdo. Por que não tombamento? Como aplicar a Lei nº 601 e outra série de coisas, de incentivos que existem em alguns lugares do mundo e não existem no Brasil? A Ciudad Vieja, por exemplo, quem conhece Montevideu sabe, tem toda uma parte preservada, houve uma política pública de Estado para preservá-la. Não foi por meio de uma caneta, à revelia, sem democracia que foi feita. Ao contrário, é um patrimônio histórico e é preservado por isso. Agora, se o projeto fosse a revogação total do bairro Petrópolis, por todos esses erros que nós falamos, nós votaríamos. Mas o projeto não trata do inventário do tombamento, ao contrário, traz para a Câmara uma discussão técnica, que não só a Câmara não teria condições de analisar.

Mas eu não quero entrar no debate técnico, eu quero entrar no debate político, porque, infelizmente, no Brasil, o peso do poder econômico é brutal sobre os Parlamentos. Nós não aceitaremos a pressão da especulação imobiliária, das grandes construtoras querendo rasgar Plano Diretor, querendo que não haja inventariamento, que não haja tombamento; diferente da posição dos moradores do bairro Petrópolis, da luta legítima e necessária de vocês. E eu fiz questão de explicar essa posição a cada um dos moradores, porque acho legítima a luta de vocês. Mas é necessário separar o joio do trigo.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu já vou descer. Nós ouvimos vocês, agora a gente fala, e assim é a democracia. A gente pode pensar diferente, mas a gente tem que se respeitar.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 005/14.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, volto a esta tribuna para fazer o encaminhamento da votação do projeto, das emendas. E que bom que vocês estejam todo este tempo aqui conosco nas galerias assistindo pelo menos parte do que acontece na tribuna desta Casa. Muitas vezes o que é dito aqui não condiz exatamente com a veracidade dos fatos. O Projeto do Ver. Cecchim não está terminando com a avaliação técnica. Eu não tenho capacidade, como Vereador, de fazer avaliação técnica de patrimônio histórico. O que o projeto está dizendo é que antes do parecer conclusivo do Compahc terá que passar aqui pela Câmara. Ou seja, antes do parecer conclusivo vai passar por aqui e só depois haverá o parecer conclusivo do Compahc e do Epahc.

Inclusive, nós teremos, através de uma emenda de minha autoria, uma Audiência Pública para que vocês possam vir aqui, ou qualquer outra comunidade que estiver listada para ser inventariada, e expor isto que está sendo colocado agora: que em cima foi inventariado e embaixo não. Só não entendo por que para alguns assuntos a Câmara de Vereadores serve para ser intermediária, para tratar do que precisa ser tratado, e para outros assuntos não. Surpreendem-me alguns Vereadores, que parece que não querem ter responsabilidade nesse processo. Talvez seja uma forma diferente de se opor: que os bens sejam mais bem avaliados antes de serem inventariados.

Portanto, quero aqui encaminhar que a gente possa partir logo para a votação do Projeto do Ver. Cecchim, com as devidas emendas correspondentes, para que esta Câmara possa ficar vigilante em relação a esse processo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 005/14.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, boa tarde a todos e a todas. Primeiro, quero ratificar, aqui, assinar embaixo das declarações, das falas dos meus colegas de Bancada que me antecederam, Vereadores Alberto, Sofia e Comassetto.

O Ver. Bernardino, no início da tarde, colocou um ponto: algo que era de competência exclusiva do Poder Executivo, nos seus atos administrativos, veio para a Câmara.

E eu digo mais: no começo da tarde, o nosso Vice-Prefeito veio aqui dar a sua generosidade. Quer dizer, a um ato administrativo, que deveria ser do Executivo tão somente, veio aqui o Vice-Prefeito dar as boas novas. E nós discordamos.

Estou aqui com o Projeto de Lei do Ver. Idenir Cecchim e vou ler o art. 3º: Toda indicação de imóvel para inclusão no Inventário de Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município deverá, previamente ao parecer conclusivo do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural, Compahc, a qualquer publicação na imprensa, a notificação do proprietário ou possuidor e à sua homologação pelo Prefeito, ser aprovada pelo Legislativo Municipal. Se vai ser aprovada pelo Legislativo Municipal significa que será um projeto de lei, portanto, para cada casa, para cada bem, ou seja, terá que vir um projeto de lei com toda a sua tramitação antes de o proprietário ser notificado. Eu concordo, a pessoa tem direito, uma vez notificado, à ampla defesa, ao contraditório, asseguradoíssimo, mas, passar pela Câmara todo e qualquer ato que deveria ser administrativo, me desculpem, sou contrário a que a Câmara fique aprovando nomes de ruas. E aqui terá muito mais do que nomes de ruas; cada bairro terá 500 a 600 casas, e cada uma terá um projeto de lei. Isso é um absurdo jurídico, me desculpem. Podemos concordar no mérito, mas não tem como passar isso. Não é uma discordância. Ratifico novamente tudo o que o Ver. Alberto e a Ver.^a Sofia colocaram aqui da tribuna. Eu acho que com o anúncio do Prefeito, tirou a questão da urgência.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Deixa eu dizer uma coisa a respeito da urgência para vocês: assim como vocês estão aqui pela primeira vez, há um grupo de pessoas que está aqui desde dezembro do ano passado para debater o fundo para as ciclovias. Vejam, o Ver. Cecchim chegou para mim e disse: “Sgarbossa, podemos alterar a ordem?” E eu

respondi: Não, Vereador, o pessoal já está aqui mobilizado pela quadragésima vez, vamos votar agora, vamos começar. Tudo bem, ganhou a maioria, começamos com o projeto dos inventários. Mas saibam que há um grupo de pessoas - algumas já foram embora - que estão aqui desde dezembro do ano passado acompanhando as votações, e essas pessoas ficaram preteridas, hoje, em função do Projeto de autoria do Ver. Idenir Cecchim. Estão aqui o Paulo e várias associações ligadas ao cicloativismo.

Então, eu quero reforçar que sempre deverão ser escutadas as pessoas, que deve haver a possibilidade do contraditório, da divergência - e que isso seja regra -, que haja Audiências Públicas, que a gente discuta; as audiências, com caráter deliberativo, que tenham algum encaminhamento, porque, nas audiências que se fazem geralmente neste Município, vem uma série de pessoas, colocam seus argumentos, se anota tudo, mas não se muda nada. Foi assim no caso da trincheira da Anita, que afetava um bairro todo, a Praça Japão: todos os moradores do Bairro contrários, e, mesmo assim, o Executivo está lá, tentando quebrar uma rocha que descobriu só agora! Ela está há 15 anos no mapa ambiental de Porto Alegre e o Executivo descobriu só agora que tinha uma rocha na trincheira da Anita. Ou seja, patrolou as pessoas! Então, que a população não seja patrolada também nisso. Neste momento, vocês estão a favor, porque acham que isso se resolverá aqui conosco. Mas não se resolverá. Então, não vamos criar uma falsa ilusão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 005/14. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 005/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nós estamos insistindo aqui que o procedimento de votação no Legislativo não é adequado a processos administrativos que têm critérios técnicos, que os moradores devem saber desses critérios com antecipação, com condições de entendê-los para depois contestá-los e, depois, entender os impactos da inclusão no seu imóvel, especificamente. E aí, senhores, eu vou ler: "Os imóveis inventariados de ambientação têm um inventário mais *light*, pode destruir o imóvel inteiro e reconstruí-lo todo. O de estruturação, que é uma

gradação entre o de ambientação e o tombamento, que este não pode mexer, mesmo o de estruturação, que diz que não pode ser destruído, mutilado, mas diz lá o parágrafo único que poderá ser autorizada, mediante estudo prévio junto ao órgão técnico competente, a demolição parcial, a reciclagem de uso. Portanto, é uma moradia, vai virar uma pizzaria, vai virar um centro cultural, um teatro. Ou o acréscimo de área construída. Então, mesmo o inventariado de estruturação pode ter acréscimo de área construída, mantida a ambiência, paisagem, depende de cada caso, desde que preservados elementos históricos e culturais que determinaram a sua inclusão. Por que eu leio essa caracterização? Primeiro, para dizer ao Ver. Brasinha que não vale fazer o debate na forma que ele faz aqui. Um debate de desautorização dos Vereadores, da Vereadora em especial, de desprestígio, de diminuição da força dos argumentos, dizendo que há uma outra lógica para interesses outros, que eu desconheço. Esta lei, Ver. Brasinha, se V. Exa. prestou atenção, é complexa. Por exemplo, esta autorização aqui, dizer que um imóvel é de ambientação e não de estruturação, é muito difícil para nós, Vereadores. Eu não tenho essa competência. Quem tem essa competência é o órgão técnico da Prefeitura e o Compahc! Eu não tenho essa competência. Eu quero dizer aos Vereadores e Vereadoras.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Por gentileza, solicito que as galerias só se manifestem depois.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Portanto, eu, como Vereadora desta Cidade, vou votar a lei, disponho-me a melhorar a lei, a ampliar o empoderamento popular. O Ver. Sgarbossa falou muito bem aqui. Quem chama a votação destas questões técnicas para cá sempre são os que são contra audiência pública, vêm aqui escutam audiência pública e dizem que a população é mal-educada, que a população se manifesta... Não dão consequência nenhuma depois das audiências públicas. A população vem aqui, pede para ser ouvida, e esta base do Governo toda, no dia seguinte, vota. Não deixaram ter audiência pública e querem votar isso goela abaixo da população, colocando em risco a saúde de Porto Alegre. Aí, senhores, esse é o comportamento da maioria aqui da Câmara, sim. Venham

dizer que não. Quantas vezes brigamos aqui para ter audiência pública? Portanto, eu gostaria que nós tivéssemos muito cuidado com as decisões que tomamos. Uma emenda retroagindo a revogação, a aprovação de inclusão e inventariado a agosto do ano passado, onde está a instrução, Ver. Airton, Líder do Governo, que diga quais são os imóveis que são implicados com essa retroatividade? Eu não sei se são só os de Petrópolis. Podem ser de outras áreas, outro processo longo, sério, importante. Então, senhores, eu não posso votar algo assim! Nós não brincamos de legislação! Nós não brincamos de legislar nesta Casa.

Eu concludo dizendo à população aqui presente que é muito triste ouvir a forma desrespeitosa com que vocês estão nos tratando. Nós estamos procurando construir o empoderamento popular, construir estabilidade, porque, se o sol bate na tua janela, tu és feliz assim e tu compraste o imóvel assim, ele poderá não bater. E este casuísmo nesta Cidade, que é o casuísmo que esta Câmara muitas vezes impõe, acaba com a qualidade de vida desta Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCL 005/14.

O SR. ALCEU BRASINHA: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, realmente, a Ver.^a Sofia vem aqui e distorce totalmente isso. É como eu falo: ela quer que a gente acredite no discurso dela, ela diz uma coisa e faz outra. É sempre assim. Ver.^a Sofia Cavedon, eu quero dizer que – e não tenho medo das vaias dos senhores – a senhora defende tanto a audiência pública, e falou para o meu Líder, o Ver. Cassio, que ele é contra as audiências. Ele não é contra audiência pública. Ele é favorável a todas as audiências públicas, Vereadora! E mais ainda: a senhora está levando, porque existiu um pedido do art. 81, que todos os Vereadores já usaram esse artigo, e já tinha priorizado, e a senhora queria implantar audiência pública. Eu acho que tem que respeitar o Regimento. Mais ainda, eu quero dizer para os senhores que podem ter certeza absoluta... vocês acham que são os donos da verdade? Não são. Não são, porque a Ver. Sofia, quando esteve aqui o Arquiteto Jaime Lerner, que é recebido no mundo todo com tapete vermelho, eles desrespeitaram o Jaime Lerner numa audiência pública aqui! Desrespeitaram! A turma da

Ver.^a Sofia. Então, senhores, eu quero dizer para vocês: podem ter certeza absoluta de que, em momento algum, eu faltei com respeito à Ver.^a Sofia.

Vereadora, a senhora sabe que a senhora é contra. Então, se a senhora é tão favorável, vote a favor do Projeto do Ver. Idenir Cecchim. Vote a favor, Vereadora! Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 005/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, consulto V. Exa. se é possível votar em bloco as demais emendas?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, primeiro, nós temos que votar a Emenda nº 03, que está destacada.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCL nº 005/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 29 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 005/14. (Pausa.)

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Até para ganharmos tempo, gostaria de saber se é possível votarmos em bloco as três emendas.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): É possível, desde que todos os Vereadores concordem com isso.

O Sr. Nereu D'Avila: Eu até aceito, mas quero que elas sejam muito bem lidas. Elas não podem ser incompatíveis, do contrário, não teremos votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Todas serão lidas.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Queremos ouvir uma a uma.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, não cabe destaque.

A Sra. Sofia Cavedon: Elas estão destacadas.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não, elas não estão destacadas, Vereadora.

A Sra. Sofia Cavedon: Como não? Eu destaquei todas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não, estas emendas não estão destacadas, a não ser que a Diretoria Legislativa tenha me passado uma informação errada. (Pausa.) A Ver.^a Sofia reconhece que não havia destacado.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Solicito a leitura da Emenda nº 01 ao PLCL nº 005/14.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Farei a leitura das Emendas nº 01, nº 04 e nº 05, e após votaremos o Requerimento do Ver. Idenir Cecchim. (Procede à leitura das emendas.) (Pausa.)

O Sr. Aírto Ferronato: Caro Vereador, só uma observação, até para que não se cometa aqui um equívoco primário e perigoso. Aquela primeira emenda lida diz que ficam cancelados...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, V. Exa. está discutindo a emenda, Vereador.

O Sr. Aírto Ferronato: Não. Não estou discutindo, só estou dizendo que ficam cancelados aqueles apontamentos. Já está cancelada mediante a revogação do ato do Prefeito Municipal de Porto Alegre. É perigoso, está cancelado. Só para alertar o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, V. Exa. depois poderá rejeitar ou votar.

O Sr. Aírto Ferronato: Mas só para alertar o plenário, vamos cancelar aquilo que não existe.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, é que não cabe alertar nesse aspecto, porque nós não vamos discutir o encaminhamento da emenda; ou se aprova a emenda ou se rejeita a emenda. Eu consulto se todos os Vereadores estão esclarecidos sobre as emendas. (Pausa.)

Então, agora nós vamos votar o Requerimento de votação em bloco. Alguém quer encaminhar a emenda? (Pausa.) Pode encaminhar o Requerimento.

A Sra. Fernanda Melchionna: Eu queria fazer um apelo, que juntemos a Emenda nº 01, que trata do cancelamento, e a Emenda nº 05, que é da audiência pública, pois eu vi que há um consenso, e prepara para...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, só se V. Exa. fizer um novo Requerimento.

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, cabe à boa vontade de votar duas Emendas, as de nº 01 e nº 05. Que se faça a votação da Emenda nº 01 e da Emenda nº 05, pois há concordância, e se vote as outras separadas.

O Sr. Nereu D'Avila: A Emenda nº 01 é a que cancela a situação?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (Procede à leitura da Emenda nº 01.)

O Sr. Nereu D'Avila: O que o Ver. Ferronato disse é muito procedente, já foi cancelado pela Prefeitura, nós estamos *bis in idem*. Eu sou contra a votar essa emenda junto.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Tudo bem. Ver. Cecchim, se V. Exa. permitir... Nós estamos discutindo muito...

O Sr. Idenir Cecchim: Retiro o Requerimento, para que sejam votadas ou não.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Concorda? Fica mais fácil. Acho que tem aprovação de todos. Então, vamos votar a Emenda nº 01. Eu vou ler de novo para que não tenham dúvidas. (Procede à leitura da Emenda nº 01.)

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 005/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**; 5 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 04 ao PLCL nº 005/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para a leitura da sua Declaração de Voto.

A Sra. Sofia Cavedon: Presidente, nós votamos contrários porque ela determina que cada um dos imóveis inventariados...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, sem comentários, por gentileza. Leia a Declaração de Voto.

A Sra. Sofia Cavedon: Sim, senhor. Votamos contrariamente a esta emenda, porque ela determina que cada imóvel inventariado conste da Lei do Plano Diretor desta Cidade, uma lei complementar que necessita de 19 votos para inclusão...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Por gentileza, Vereadora, encaminhe por escrito. Vereadora, é só a leitura, não tem esclarecimento sobre o voto.

A Sra. Sofia Cavedon: Vereador-Presidente, um pouquinho de tolerância de V. Exa. para a compreensão da população. Isso ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Mas V. Exa. sabe qual é o rito, Vereadora; ajude-nos, Vereadora.

A Sra. Sofia Cavedon: O que torna mais difícil a reversão da inclusão do bem no inventário.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, só solicito que V. Exa. encaminhe por escrito.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 05 ao PLCL nº 005/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 29 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCL nº 005/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h44min.)

O SR. PRESIDENTE (Fulano de Tal): (17h47min) Estão reabertos os trabalhos. Parabenizamos a comunidade de Petrópolis por ter vindo até aqui e feito o seu pleito. Em discussão o PLCE nº 010/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, nós vamos continuar a discussão, iniciada na Sessão passada, interrompida por falta de quórum, e já são 17h50min. (Projeção de imagens.) Na imagem está sendo exibido um documento que consta no processo judicial, pelo qual a Prefeitura foi condenada por não destinar, não fazer a aplicação dos 20% das multas de trânsito para a construção de ciclovias e para as campanhas educativas. Segundo mostra a imagem, o Procurador do Município, ao longo do processo, alega justamente que não cabe por emenda parlamentar... A emenda foi do Ver. Beto Moesch e da Bancada do PP e do PDT, em 2009; fez essa vinculação das

pág. 55

multas de trânsito com campanhas educativas e construção de ciclovias. Ao longo do processo judicial, que tramitou nos últimos dois anos, a Prefeitura alegou - e não poderia ser diferente - que vincular Orçamento do Município por emenda parlamentar, engessaria o chefe do Poder Executivo. No outro documento diz o seguinte: a inconstitucionalidade formal do § 2º do art. 32 do Plano Diretor Cicloviário - Lei Complementar nº 626... Aí segue. Inclusive reforçam, trazem jurisprudência dizendo que a sanção do Prefeito, ou seja, se algum Vereador apresentar uma emenda parlamentar que vincule Orçamento, mesmo que o Prefeito sancione, a sanção do Prefeito não convalida - já tem jurisprudência para isso. Isso é o que o Procurador do Município está dizendo. Foi derrubado no tribunal porque o tribunal entendeu que não se trata de Orçamento, trata-se de multas de trânsito, e multas de trânsito não compõem o Orçamento. Por que estou começando o debate com este tema? Porque tem uma emenda do Ver. Cassio Trogildo, portanto uma emenda parlamentar, que está dizendo que o Município aplicará anualmente o equivalente a 20% das multas. Criou um indexador: multas de trânsito, 20%, ou o equivalente, e está vinculando. Então, vejam: o Município diz que não pode vincular por emenda parlamentar recursos orçamentários e a emenda do Ver. Cassio Trogildo está vinculando recursos orçamentários com determinado fim específico. A nossa Constituição Estadual e a Constituição Federal só permitem duas vinculações: saúde e educação. Nós aqui agora criaremos uma nova figura em que um Vereador poderá vincular, via emenda parlamentar, recursos orçamentários. Então, eu começo isso porque este é o divisor de águas no debate que virá adiante. Depois teremos a questão da composição desse fundo, mas aqui está a chave da questão. Entendendo válida a emenda do Ver. Cassio, será adiante declarada inconstitucional a alegação do próprio Município. Nossa emenda está destacada, todas as 17 emendas estão, têm mais as subemendas, então, teremos um longo debate pela frente.

Mas eu fiz questão de trazer esse material - vou melhorar um pouco, não sei se está bem nítido, vou melhorar um pouco, posso tirar cópia para os Vereadores - para mostrar a profunda contradição da base do Governo, que está querendo vincular ao Orçamento.

Então, vejam, não vamos reinventar a roda. Já tem o recurso, que virá das multas de trânsito, basta o Município pegar esses recursos e aplicar nas campanhas educativas e na construção de ciclovias. Está resolvida a questão. Não passando a emenda do Ver. Cassio Trogildo e mantendo essa vinculação das multas, e não do "equivalente a", nós

votaremos favoravelmente ao Projeto. É bom que se crie um fundo. Lamentamos que o Executivo não tenha feito emendas ao nosso Projeto. Fomos atropelados pela maioria da base do Governo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Ver. Marcelo Sgarbossa, tenho muito respeito por V. Exa. e reconheço em V. Exa. a bandeira do ciclismo. Só quero reafirmar aqui, e toda a vez que tiver que demarcar essa fronteira política eu vou fazer isso, que este Projeto do Plano Diretor Cicloviário é nosso! Fomos nós que fizemos!

E quero render aqui as minhas homenagens ao Prefeito Villela. Eu vi aqui ambientalistas ligados a uma vertente ideológica, mas ninguém nunca reconheceu que foi o senhor quem criou o Parque Marinha do Brasil, o Parque Moinhos de Vento, criou a maior parte dos parques desta Cidade. Eu até hoje não vi a justa e devida homenagem. Porque V. Exa. é o maior ambientalista que esta Cidade já teve.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Mônica Leal.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: A Secretaria do Meio Ambiente também. Mas, às vezes, os interesses ideológicos cegam as justiça que devem ser feitas.

Eu tenho muito respeito, volto a dizer, pelo Ver. Sgarbossa, mas quando nós aprovamos isso acredito que o Vereador estava na Itália. Nós recebemos aqui o Projeto, Ver. Cassio, não antes da sua Secretaria trabalhar na identificação do mapa rodoviário da Cidade, um trabalho de muita gente, de muito técnico, de chegar lá e olhar. E a EPTC também trabalhou nisso. Então, me perdoem, porque parece que o dia nasceu ontem e as coisas começaram ontem. Eu era o Líder do Governo, o Ver. Beto Moesch era Vereador da base, ele propôs, e este Vereador - desculpem a pretensão e arrogância, mas não é isso, é que eu não quero renunciar a essa história que eu ajudei a escrever - construiu um acordo aqui no plenário com os líderes dos partidos. Construí junto com a Mesa. Porque é

o Líder do Governo que chega para os Líderes e diz o seguinte: “Está aqui o projeto e a gente, Governo, quer que vote.” E nós incluímos na Ordem do Dia, fizemos com que votassem e criamos o Plano Diretor Ciclovitário. Portanto, eu quero reiterar o que já disse para vocês: eu tenho - e disse para o Governo - responsabilidade com este Projeto. Eu assumo e não quero renunciar ao protagonismo político desta bandeira e deste Projeto. Nós colocamos ciclovias na Cidade. E temos colocado como nunca antes, como o PT nunca colocou. Nós colocamos bicicletários nesta Cidade como nunca antes e como o PT nunca colocou!

Então, eu defendo que não se mude - é uma posição minha - o Plano Diretor Ciclovitário, que nós aprovamos, rendendo as minhas homenagens ao Prefeito José Fogaça, que ele permaneça como está, que nós o apliquemos, inobstante todas as dificuldades. Ao olharmos para as ciclovias em outros lugares, perguntamos: por que São Francisco, uma cidade desenvolvida, na Califórnia, pode ter uma ciclovia, e lá não ter esse conflito com estacionamento, nem com o comércio,? Por que em Melbourne, na Austrália, uma cidade desenvolvida, não tem esse conflito, e lá pode-se fazer uma ciclo-faixa, pode-se botar olho de gato e pode-se salvar o comércio e o seu estacionamento? Por que aqui tem que se diferente? Aqui está nascendo um conflito com os comerciantes, também em grande parte em razão de uma intransigência, que quer fazer um negócio que tenha que ser ali rente. Mas nós temos que trabalhar a educação do motorista; nós temos que trabalhar a segurança do ciclista; nós temos que trabalhar o interesse do lojista; e nós temos que ter a capacidade de mediar esses interesses todos. E nós só vamos ter o ciclismo na Cidade, na sua plenitude, no dia em que tivermos completado a malha que está projetada no Plano Diretor Ciclovitário. Eu já disse isso mil vezes. Porque senão as pessoas não se sentem estimuladas a sair, porque anda um quilômetro e meio numa ciclovia e tem que enfrentar uma guerra com o carro, com a moto, com o ônibus, o caminhão e o lotação dali um pouco mais. Aí atravessa aquele obstáculo, anda mais um pouco em outra ciclovia, tem que enfrentar outra guerra. Então, temos que concluir o Plano Diretor Ciclovitário. Mais, Sr. Presidente, esse negócio de jogar para contrapartida também é um erro, porque nós estamos perdendo competitividade, Kevin, com outras capitais do Brasil, uma vez que nós temos que estabelecer um limite de contrapartida para grandes empreendimentos para que eles venham para cá. Isso é outra questão, que não tem que disputar com ciclovia. Então, eu estou sustentando e quero continuar sustentando isso. Da minha parte,

pág. 58

me perdoem, eu não posso mexer naquele projeto que defendi, que trabalhei, que costurei e que como Líder fiz aprovar. Eu tenho orgulho do meu trabalho aqui como Líder do Governo, por isso continuo afirmando coerentemente as coisas que aqui na Casa eu defendi e as conquistas que consegui obter junto com meus Pares. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Professor Garcia, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, com relação a essa questão do Plano Diretor Cicloviário e do Fundo Cicloviário, eu quero aqui me somar à parte das palavras do Ver. Valter Nagelstein. Esse projeto, Ver. Marcelo, é um projeto que começou com o Governo Fogaça. Em 2008, isso foi formulado; em 2009, foi aprovado nesta Casa. Até então, nós tínhamos em Porto Alegre uma ciclofaixa em Ipanema e o Caminho dos Parques, que funcionava no final de semana. Essas eram as únicas iniciativas que existiam em termos de faixa exclusiva para bicicleta na cidade de Porto Alegre. Eu tive a honra, Ver. Valter, como Secretário de Obras, através de uma contrapartida, construir a primeira ciclovia de Porto Alegre, que é na Av. Diário de Notícias. Tivemos a honra, através do Governo Fogaça/Fortunati, Ver. Cecchim, em 2009, de ter aprovado aqui o Plano Municipal Cicloviário, que prevê 395 quilômetros de ciclovias e mais 100 quilômetros ainda a serem definidos. Já citei 20,5 quilômetros executados. E o Governo imagina, até o final do ano, ter perto de 50. Eu não sei o que o pessoal nas galerias achou engraçado, mas, às vezes, a verdade pode até ferir. Mas esta é a verdade! Nós temos 20,5 quilômetros executados na cidade hoje e, até o final do ano, teremos perto de 50. Por que não anda mais rápido? Porque esta Cidade é a cidade da democracia participativa, é a cidade da participação popular. Inclusive tem uma emenda do Ver. Nedel que garante a realização de reuniões, de audiências com as comunidades onde estão sendo implantadas as ciclovias, porque, logicamente, precisa discutir com o conjunto da Cidade. O Fundo Municipal Cicloviário...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CASSIO TROGILDO: E o companheiro que está falando lá na galeria, eu muito dialoguei com ele, portanto, não me atinge em nada o que o companheiro está dizendo. Eu, juntamente com a base do Governo, muito dialoguei com os companheiros cicloativistas em suas teses. O Fundo Municipal Cicloviário vai permitir que as contrapartidas, principalmente aquelas entre 200 e 600 metros que hoje são inexequíveis, porque o empreendedor dificilmente vai conseguir contratar entre 200 e 600 metros, possam se converter em pecúnia e ser depositado pelo empreendedor no Fundo Municipal Cicloviário. A previsão é de que se tenha entre R\$ 20 e 23 milhões, de imediato, para fazer o Fundo Municipal Cicloviário girar. Portanto, recurso não será mais problema. A base do Governo discutiu muito com a EPTC. E tão logo chegou o projeto nesta Casa, eu fui ao Secretário Cappellari perguntar, Ver. Marcelo, por que não tinha vindo com a previsão orçamentária dos 20% das multas. O Secretário Cappellari me explicou que neste momento a Prefeitura está com as contrapartidas, os 20% das multas, inclusive há uma decisão judicial, e mais as execuções dos financiamentos, do PAC. Só do PAC, para a Copa do Mundo, são R\$ 12,5 milhões investidos em ciclovias e que não podem ser compensados pelos 20% das multas porque a lei não diz isso. Então, esse foi o argumento da EPTC, ou seja, a Prefeitura é uma só, tem um Orçamento para cuidar de todas as áreas da Prefeitura, e as obras, recursos zero um, não podiam compensar as multas. Então, tinha um volume de recursos acima do que a Cidade poderia proporcionar neste momento. Eu fiz uma conversa, naquele momento, com o Secretário Cappellari e perguntei a ele: se nós fizéssemos uma emenda? Tanto que a Emenda nº 02 foi logo no início da discussão, foi logo depois da emenda do Ver. Ferronato, que inclusive já retirou a Emenda nº 01. Então, a Emenda nº 02, de minha autoria, será a primeira a ser abordada aqui quando vierem as emendas destacadas. Eu perguntei ao Secretário Cappellari se poderíamos fazer uma emenda prevendo a compensação dos recursos de investimentos para compensar o valor das multas. E, quando não houvesse investimento, como é o caso da Av. Sertório, que são R\$ 6 milhões, para poder compensar, Ver. Marcelo, só para concluir, tem uma subemenda à minha emenda que prevê que, quando não tiver investimento, os recursos serão os recursos das multas da EPTC para garantir o depósito no Fundo Municipal Cicloviário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13, por cedência de tempo do Ver. Eng^o Comassetto.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Hoje, de fato, é o dia da contracorrente. Eu quero abraçar aqui os ciclistas, os cicloativistas, a Agapan, os militantes por uma cidade ambientalmente sustentável, por uma cidade que preserve o seu patrimônio e a sua qualidade de vida. Dia difícil o de hoje, porque, pautados pela especulação imobiliária, pelo valor material, nossa Cidade está se deteriorando. Se as multas, que é um recurso oriundo da infração de trânsito, portanto, do não comportamento, da não cultura de solidariedade, de cuidado, de gentileza, se este recurso não volta para a população na forma de humanização desta Cidade, que opção política tem esta Cidade de alterar o conflito diário que vive? A violência no trânsito, a morte de ciclistas, a morte de idosos, a invalidez de idosos que não conseguem mais atravessar a rua com tranquilidade, de pessoas, de crianças que não podem mais brincar nas calçadas por risco e não podem atravessar a rua mais sem acompanhamento, por risco. Essa é a questão colocada aqui para nós, para o Legislativo. Este Legislativo que, lamentavelmente, só se rebela ao Governo Municipal quando se trata de proteger especulação imobiliária, de flexibilizar as questões mais caras que há nesta Cidade.

Então é um dia muito triste, muito pesado que estamos vivendo aqui hoje. E neste momento – falo para a população de Porto Alegre –, estamos votando uma lei em que o Sr. Prefeito Municipal quer retirar recursos direcionados para a humanização desta Cidade. Na verdade, o Sr. Prefeito Municipal, Ver. Brasinha, o seu Prefeito Municipal, não cumpre a lei, não coloca os recursos da multa na ciclovia, na reordenação da nossa Cidade, para a circulação que não polua, para a circulação que não seja individual, dentro de carros, para a prioridade do transporte coletivo. Ele não cumpre a lei. E para não ser preso e indiciado, como o Cappelari para responder por improbidade, ele e o Prefeito, por não cumprirem a lei, estão modificando a lei: “Não. Vamos tirar esse requisito da lei. Vamos tirar essa vinculação”. Esse é o triste destino que esta gestão está dando para a cidade de Porto Alegre.

Aqui parablenizo a resistência, a luta, a persistência de movimentos sociais que não se entregam, que não concordam que a especulação imobiliária administre a nossa Cidade,

que a lógica da acumulação administre a nossa Cidade, que administre a nossa Cidade o cartel do transporte não público, que administre a nossa Cidade o cartel do lixo, uma Cidade conflituada, uma Cidade que tem que punir as pessoas, porque não tem política de educação ambiental.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. me permite um aparte?

A SRA. SOFIA CAVEDON: Fico em dúvida, Ver. Brasinha, se dou um aparte a V. Exa., sabe por quê? Porque, infelizmente, V. Exa. não tem sido respeitoso no debate que faz com esta Vereadora. Então, eu pediria que o senhor continuasse usando o seu tempo para falar do jeito que tem falado comigo, não o meu tempo. Eu só lamento. Eu lamento, eu o respeito, eu nunca fui desrespeitosa com o senhor, mas o senhor me desrespeita sistematicamente, talvez, pensando que não.

E eu acho, então, Ver. Sgarbossa, que aqui está colocada a crônica da morte anunciada, mas a narrativa do quanto esta Casa, lamentavelmente, por sua maioria, envergonha a luta de quem constrói uma cidade mais humana para todos, essa narrativa ainda nos cabe. E nós a faremos, correndo o risco de sermos chamados de chatos, de atrasados, de dinossauros, de não modernos, mas nós continuaremos fazendo a narrativa ao lado de quem pensa na vida, ao lado de quem não se entrega à pura materialidade, porque vamos todos para baixo da terra e não vamos levar o tal do patrimônio, Ver. Valter Nagelstein, não levaremos! Levaremos o que lutamos: pela dignidade humana.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver.^a Sofia. O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu venho a esta tribuna mais para responder, então, à Ver.^a Sofia, que não quis me conceder um aparte. Vereador Cecchim, nós sabemos que o Governo do PT esteve por 16 anos nesta Cidade - 16 anos - e esteve por 5.844 dias no Governo. E a Ver.^a Sofia era Secretária, era Vereadora, era tudo, Ver. Cecchim. E ela fala que eu a desrespeito. Eu não a desrespeito em hipótese nenhuma, eu só estou lembrando a senhora desses 16 anos que a senhora

esteve no Governo. E sequer tinha ciclovia nesta Cidade, somente lá em Ipanema e era uma só faixa.

Então, senhores, eu sou favorável, sei que a luta é válida, eu vou votar na emenda do Ver. Cassio, que garante os 20%.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Deixem eu terminar. Ver. Cecchim, como a Vereadora teve 16 anos, isto é, 5.844 dias no Governo; o nosso Governo tem 3.421 dias, e temos mais de 20 km de ciclovias. Ou seja, a diferença do nosso Governo é de 2.423 dias, e, quem sabe, nesse tempo que temos, possamos chegar a mais 20 km ou 30 km.

Pessoal do ciclismo, da bicicleta, sei que vocês lutam, e isso é muito válido. Conversamos por diversas vezes, e eu admiro o trabalho de vocês; o Marcelo, inteligentemente, está sempre dialogando conosco, cobrando, e tem que ser assim mesmo. Obrigado.

Estou junto, e vou votar favorável à emenda do Ver. Cassio Trogildo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, de forma breve, aqui, já tivemos bons debates hoje à tarde, e são debates que se conectam com o debate que tivemos anteriormente.

Pena que hoje em dia a sociedade está tão distante dos parlamentos que acaba não acompanhando a sistemática das discussões para ter uma opinião do todo sobre aquilo que nós discutimos. Nós discutimos sobre o patrimônio público, e como isso tem a ver com a discussão de um Plano Cicloviário, e isso tem a ver com a concepção de cidade, é bom que tenhamos diferenças. São diferenças de conteúdo, de concepção, de forma.

Eu prezo sempre pelo respeito e estranho aqueles que defendem a democracia, e, invariavelmente, estão desrespeitando as pessoas, inclusive usando a sua prerrogativa de Vereador, que estão na plateia. Acho que esse não é o caminho.

Eu, efetivamente, acho que respeitar a democracia é exercê-la no dia a dia, sem desrespeitar as pessoas. O Ver. Marcelo Sgarbossa está dialogando com o Ver. Cassio, o Ver. Sgarbossa orienta a nossa Bancada nessa temática. E eu sei do esforço pessoal do Ver. Cassio – acho louvável o esforço que o senhor está fazendo, individualmente. Não é sobre a emenda, especificamente, a minha fala, mas sobre o que veio antes.

Nós estamos falando a respeito da derrota sobre o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa. Esse é o problema, Ver. Brasinha, que não é teu, que não é dos Vereadores; é uma forma de não saber dialogar e ouvir aqueles que têm proposta. Isto aqui é muito mais do que entre PT, PTB e PMDB; são movimentos que vão surgindo das ruas, que têm novas propostas, novas concepções de cidade e que só querem ser ouvidos. Eu não consigo entender a postura da atual administração, que, inclusive, foi desrespeitosa, Ver. Sgarbossa, com os únicos 25% – se eu não me engano –, hoje, que acham que o trânsito de Porto Alegre é bom, porque andam de *bike*; todo o resto, que anda de carro, que é quem sempre é privilegiado, acha que o trânsito está uma porcaria, e vai continuar achando, porque se segue a mesma lógica. O caminho que está indicado é esse, e é isso o que as ruas estão dizendo. Isso não é contra ninguém, não precisava ter comprado briga, mas fazem questão de derrotar, de não aceitar o diálogo, que é bom para a Cidade. E eu acho, Sgarbossa, que eles sabem disso, eles sabem que o teu projeto era o melhor para a Cidade, mas eles não podem, por postura, saber dialogar, saber ouvir, saber compor, fazer um acordo.

Nós estamos aqui, todas as vezes, neste plenário, buscando trazer o que há de melhor para a Cidade. E, se hoje tem obra de BRT, é porque tem o nosso apoio, também; e nós estamos sempre procurando ajuda, aqui, para a Cidade, mas não tem diálogo. Isso é uma postura de princípios, Ver. Nedel. Falavam tanto do radicalismo do PT, pois agora o Governo de vocês está sendo mais radical, xiita – vocês gostavam dessa palavra –, vocês estão sendo trogloditas contra o diálogo, sobre a incapacidade de buscar soluções. E, aí, efetivamente, como no projeto anterior, o poder econômico se apegou, pega um bonde de um interesse de uma parte da população e passa por dentro desta Casa. Todos nós sabemos o que nós votamos, aqui, no projeto anterior, um projeto com o qual não foram os moradores do bairro Petrópolis que ficaram felizes, mas outros segmentos da Cidade, com os quais eu não tenho nenhum problema, porque são importantes, mas que dialoguem com transparência os seus interesses, nesta Casa, e não se aproveitem.

Então, só quero saudar essa oportunidade de nós sabermos as diferenças que temos de Cidade, de sustentabilidade, de modelo; é verdade Brasinha! Na nossa época não tinha Ciclovias, essa não era uma Pauta naquela época, nossa Pauta era transporte público, e nós criamos o melhor transporte público do Brasil com a Carris que vocês estão destruindo e vocês vão pagar esse preço para a Cidade, com esse edital que hoje está na rua, com a quebra da Carris. Essa é a diferença que a gente tem. Então, para isso muitas vezes a gente tem que abrir mão de voto, tem que ouvir vaia, para ficar, na verdade, ouvir aplausos da consciência que está dialogando, não com o interesse de um ou dois, não com interesse privado, mas com interesse público e pensando e olhando para o futuro.
(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, eu queria fazer um registro, se V. Exa. me permite, aos apoiadores do Ver. Marcelo Sgarbossa e do Projeto, pela educação e pelo comportamento cívico que eles têm aqui na Sessão. Então, só queria fazer esse registro, porque muitas vezes a gente reclama das coisas, e quando as coisas acontecem dentro da democracia, precisam ser registradas, era isso que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Feito o registro Vereador. Obrigado, e eu também, na hora que eles tiraram ali, acho que é importante a colaboração. Foi o que eu disse: as manifestações podem ser feitas, mas dentro de determinadas regras. Quero também parabenizá-los.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13, por cedência de tempo do Ver. Guilherme Socias Villela.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Quero agradecer ao nosso Ver. Guilherme Socias Villela pela cessão do seu tempo. Senhores Vereadores e Vereadoras, ninguém pode ser contra a implantação de Ciclovias na Cidade, porque é uma evolução, é um transporte extremamente importante. E nós aqui também não somos contra; e o Governo verificando que o Projeto do Ver. Sgarbossa tinha dificuldades jurídicas, conforme atestou a Procuradoria desta Casa, encaminhou um outro projeto semelhante retirando alguns detalhes, retirando especialmente a Emenda do Ver. Beto Moesch, do nosso Partido, o

Partido Progressista, que foi uma emenda extremamente importante para o início do Plano Ciclovitário.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Vereador Cecchim, o senhor justamente fez um elogio à educação e agora vai ter que retirar.

Bom, então, é o seguinte: encaminhou uma proposta retirando os 20%, efetivamente. Aí a base do Governo – toda a base do Governo – se reuniu com o Prefeito, com o Vice-Prefeito, dizendo que nós temos que ter uma alternativa para garantir os 20%, porque a emenda foi boa, foi importante. E aí o Ver. Cassio Trogildo redigiu uma emenda que contemplava os 20%, que permitia o mínimo de 20%, sempre respeitando esses 20%. É isso...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Não é inconstitucional, porque justamente diz que é o recurso das multas, e já foi decidido que as multas não são inconstitucionais. Eu só quero lamentar que o Ver. Sgarbossa defendeu o seu projeto e veio aqui dizendo que é contra a emenda, que justamente garante a aplicação dos 20%. Então, vejam as senhoras e os senhores...

(Manifestações nas galerias.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa: V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu permito o aparte, ao contrário de V. Exa., que não me deu o aparte, mas eu, com toda a democracia, lhe permito aparte, mas que seja breve.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Primeiro, deixa eu lhe dizer por que eu não lhe dei aparte. O senhor pediu quando faltavam cinco segundos para terminar o meu tempo e aí...

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Faltavam 48 segundos.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Eu só quero lhe dizer que o Tribunal declarou constitucional a emenda do Ver. Beto Moesch porque entendeu que multa não é orçamento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Perfeitamente.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Nesse momento, a emenda do Ver. Cassio Trogildo vinculará ao orçamento, essa é a diferença, então será inconstitucional.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: O mesmo valor das multas, ele viu.

O Sr. Cassio Trogildo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nedel, eu já esclareci para o Ver. Marcelo na tribuna, fora da tribuna, mas faço questão de dizer de novo aqui: no parágrafo único, nós dizemos que, quando não houver o aporte, o recurso será das multas, como era originalmente, eu só não entendo por que não querem entender.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ele não quer porque a emenda é do Governo, é da base, é uma pena. Eu só queria dizer o seguinte: foi a base toda que trabalhou junto ao Prefeito para que ele concordasse com essa emenda, e fomos vitoriosos, e ela será aprovada.

Eu queria pedir aos ilustres amigos que aqui estão e que colocaram em manchete os nossos nomes, dizendo que nós não aprovamos o Plano Cicloviário que, quando nós o aprovamos, também coloquem na Internet os nossos nomes, e que nós concretizamos a implantação de ciclovias na nossa Cidade. Porque este Projeto vai trazer muito mais recursos do que o Projeto anterior. Podem nos cobrar, porque isso vai acontecer na Cidade e as ciclovias serão uma realidade em Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13, por cedência de tempo do Ver. Mario Fraga.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer ao Ver. Mario Fraga que cedeu seu tempo para mim para que nós pudéssemos nos posicionar. Obrigada, Ver. Mario Fraga. Também quero dizer do nosso descontentamento com o conjunto de arbitrariedades que estamos vendo. Durante a tarde se falou muito sobre esse processo de não se garantir as votações importantes para o povo e de votar de maneira açodada aquilo que ataca a população.

O Plano Diretor Cicloviário demorou mais de quatro anos para ser construído, Ver. Valter, pelos ciclistas, ativistas, como eles falam, os pedestres, as pessoas que andam de bicicleta. Foi um movimento na cidade de Porto Alegre. E demorou não só para ser votado, o que foi uma conquista da Cidade, mas, sobretudo, para ser executado. Nós estamos em pleno maio de 2014 e o Projeto foi votado em 2009 e nós temos menos de 21 km de um plano que prevê 490 km!

Nós temos um gargalo na educação para o trânsito que é um escândalo, porque, talvez, o mais importante do Plano seja dizer que tem que compartilhar a pista, que tem que respeitar a bicicleta como um meio de transporte. Talvez mais importante do que construir ciclofaixa e ciclovia é dizer para os motoristas que cada bicicleta que está lá é um carro a menos em um trânsito absolutamente caótico! De governos que priorizam a indústria automobilística com isenções e isenções de IPI. Demissões nas indústrias automobilísticas, a poluição aumentando e, ao mesmo tempo, a ausência de uma política pública de desenvolvimento de transporte alternativo. O projeto de lei que termina o transporte hidroviário é de 1989, é do Ver. Pedro Ruas, meu colega de Bancada; nós estamos em 2014 e o rio não é usado como meio de transporte menos poluente, mais rápido, mais barato. Se não defendessem interesses dos empresários do transporte coletivo... Porque aqui ninguém se engana, eu não sou ingênua, de que os prefeitos não fizeram porque são só incompetentes, é porque há interesses econômicos por trás e as coisas têm que ser ditas como são. Infelizmente, estamos vendo a tentativa de votar as ERBs, as estações radiobase, sendo que a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre está sendo descumprida no seu art. 103, que obriga o Poder Público a garantir audiência pública quando se trata de projetos que dizem respeito à população; quando requerida por uma entidade com sede municipal, como é o caso da Agapan, que requereu audiência pública. O projeto não foi apresentado em audiência pública e inventaram a figura da reunião pública ontem à noite – uma manobra! Agora, de quem são os interesses de

mexer na lei das estações radiobase, que têm respeito ao direito da precaução, que têm por princípio a mobilização popular que criou essa lei e que leva em consideração que a Organização Mundial de Saúde colocou a frequência, as ERBs, enfim, as ondas eletromagnéticas como possivelmente cancerígenas? Se são possivelmente cancerígenas, temos que ter muito cuidado, não podemos mexer na lei, temos que respeitar o direito à saúde da população. Sequer querem respeitar o direito à democracia, porque querem votar de maneira açodada um projeto que diz respeito...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, vou solicitar que se atente ao tema em discussão.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ora, Presidente, o senhor não interrompeu ninguém e houve várias pessoas que falaram de outros temas a tarde inteira e eu vou falar no tema que eu quiser. Se o senhor quiser, o senhor corte o microfone. Só acho estranho, porque vários Vereadores falaram de vários temas e quando eu estou criticando a posição da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Mas discutiram dentro do tema. O Ver. Valter, inclusive, fez uma observação à Ver.^a Sofia, e ela falava em índice construtivo, Vereadora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Índice construtivo? Que diz respeito à Cidade?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Mas relativo ao projeto.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu estou discutindo a democracia, e tem a ver com esse projeto, porque esse projeto foi democraticamente construído, o Plano Diretor Ciclovitário, no sentido de que eles se mobilizaram para construir um Plano Diretor. O fundo que o Ver. Marcelo propôs foi construído com a Cidade e correspondia à aplicação dos 20% das multas. E agora vem o Governo, refaz uma votação simbólica, de maneira manobreira e quer atacar, ainda mais, retirando a previsão orçamentária. Isso é inaceitável, uma prática autoritária, e mais uma tentativa de atropelar, de fato, aqueles

pág. 69

que lutam por uma Cidade mais humana e que respeitam a bicicleta como meio de transporte.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigada, Ver.^a Fernanda. Não tive, de maneira alguma, a intenção de cortá-la.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, não existe palavra que tenha sido mais esgaçada, que tenha servido a maior número de interpretações diferentes, de acordo com as conveniências políticas, ideológicas, do que a palavra democracia. Não existe. Eu tenho visto aqui na Casa audiências públicas – felizmente várias. E nessas audiências, manifestações as mais diferentes possíveis. E o que eu tenho observado, Ver. Alberto Kopittke, nas audiências públicas, é o seguinte: todos aqueles que, democraticamente, são vencidos, não aceitam a derrota – democrática, porque imposta pela maioria. E, imediatamente, eles acusam, em um sofisma, a maioria, que é, portanto, a expressão mais legítima da democracia – porque democracia se faz assim. Eles acusam de arbítrio, de intolerância, de autoritarismo e de desrespeito à democracia. E tem sido assim via de regra. Puxa vida, mas é o contrário, e é essa a reflexão que eu quero fazer com os Srs. Vereadores, com as Sras. Vereadoras, e com quem está nos acompanhando, inclusive, em Casa, pela TVCâmara. Porque, quando a minoria é derrotada e não aceita a derrota imposta pelo voto, acusa e quer fazer valer pela força, pela imposição, pela acusação e, às vezes, pela mentira, a sua versão e a sua verdade. Isso, sim, é autoritarismo, isso, sim, é não ter espírito democrático, isso, sim, é não saber se render à vontade soberana daqueles que, na sua maioria, se manifestam numa determinada posição. E o que temos visto – vou insistir nesta tecla, vou bater novamente, aqui, agradeço ao Ver. Cecchim pelo tempo – sempre, sistematicamente, é esse discurso. É derrotado numa audiência pública ou é um grupo que é minoritário, e aí, de repente, nós temos que nos dobrar, porque, se nós não nos dobrarmos à vontade daquele grupo, nós somos autoritários, mesmo que tenhamos o mais amplo apoio, Ver.^a Mônica, da sociedade.

Temos que, primeiro, saber distinguir o que é consenso, o que é dissenso, o que é maioria, o que é minoria, respeitar as opiniões, mas, sobretudo, saber que temos que respeitar os resultados construídos a partir da manifestação soberana das pessoas.

Quero lembrar do Pontal do Estaleiro. Fizemos uma audiência pública aqui na Câmara. Aí se ouviram as coisas mais absurdas do mundo, com todo o respeito a quem quer que seja. Ouviu-se o seguinte: se construírem um edifício ali, vai mudar o regime dos ventos em Porto Alegre. Aí o princípio geral da prevenção fez com que tenhamos, até hoje, ali, um terreno baldio, um mato, habitado por uma fauna. Que bom que tem aquela fauna lá: é rato, é esgoto, tudo isso, está lá.

Quanto às ERBs, que a Ver.^a Fernanda falou – e eu aceito esse debate –, nós estamos, Ver. Brasinha, desde 1991, convivendo com a tecnologia de telefone celular. Se fosse esse mal que estão dizendo, com um *argumentum ad terrorem*, as pessoas estavam morrendo às pencas. Mas, hoje em dia, quem precisa de um telefone celular é um obreiro, é um encanador, é a diarista, porque é uma ferramenta. E as classes C e D, hoje, querem ter acesso a um *tablet*. E é direito dessas pessoas terem, mas tem que ter antena, tem que revisar a lei. Aí, vem o Ministro das Comunicações do PT aqui – do PT! – e diz que Porto Alegre tem uma das legislações mais atrasadas do Brasil e que precisa revisar a sua legislação. E aí tem grupos que são reacionários na sua essência, na verdade, porque não querem aceitar nada, com esse *argumentum ad terrorem*, que está sendo derrotado pela experiência, pela prática, pela vida, pelo cotidiano.

Então, temos que ter a capacidade de nos dobrarmos à realidade, de aceitarmos, de vermos. A Ciência está aí a nosso favor, vamos usar isso.

E, na questão das ciclovias, também, vamos respeitar sempre, democraticamente, o direito, como disse a Ver.^a Fernanda, do que foi a vontade da população, que foi esta, de construir um cicloviário.

Mas quero lembrar, por último, Sr. Presidente, que temos que lembrar de uma categoria que está esquecida quando falamos nos ciclistas, que são os motociclistas. Hoje, morreu mais uma motociclista lá na Av. Sertório, nas proximidades da Av. Farrapos. São mais de 21 mil trabalhadores motofretistas em Porto Alegre. Então, se formos pensar em ciclovia, em ciclofaixa, Ver. Paulinho Motorista - que vem do setor rodoviário -, temos que pensar também numa ciclofaixa específica para um modal de transporte que está disputando espaço nas ruas, que é a moto, que é o motociclista, ao qual me vinculo e pelo qual luto

aqui também. Então, tem que pensar também no motociclista, que são trabalhadores que, às vezes, estão saindo do transporte coletivo, do ônibus – porque os ônibus estão apinhados – e comprando moto, porque a moto pode ser paga em prestações, e daí estão vindo ele e a mulher para o trabalho e disputam também espaço no trânsito.

Então, é importante falar na ciclovia? É! É importante falar no transporte coletivo? É! Mas vamos lembrar – e eu quero usar este espaço aqui para dizer isso – dos motociclistas! Quero convidar a todos para essa luta também. São pessoas que estão no trânsito, que são hipossuficientes nessa disputa com o caminhão, com o ônibus, com o lotação, com relação aos quais precisamos ter um olhar generoso, lembrando que são trabalhadores e que têm direito também de terem sua saúde, sua integridade física e sua vida resguardadas. Vamos lembrar dos motociclistas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sefora Mota solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 15 de maio de 2014. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLCE nº 010/13.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, público aqui presente, militantes da causa do meio ambiente, militantes cicloativistas, passou esse debate, e eu me manifestei até então. O faço agora por duas questões: primeiro, em respeito ao pai da Sara, meu querido colega Ver. Marcelo Sgarbossa, pelo seu trabalho, pela sua luta, pela sua militância, por ver Porto Alegre no futuro. Falo aqui também por respeito à minha querida professora Sandra, militante das causas do meio ambiente. Penso, em algumas situações, nessa militância e nessa luta dela. Às vezes penso e repenso algumas situações de votos. Também em respeito ao Marcelo, cicloativista e a seu grupo; uma militância muito digna, que não é só uma situação presente. Vocês lutam é por uma situação de futuro. E de futuro que eu digo numa visão mais ampla do que queremos para Porto Alegre. Eu sou daqueles que tenta

dialogar, discutir, sou favorável ao diálogo, às composições. Muito pensei nesse debate, conversei com alguns e tive até algumas situações de que o que a oposição ao Governo fala é errado, o que a situação a alguém de Governo, se tem projeto, não presta. Sou daqueles que tentam não ter essa visão, sou daqueles que tem uma visão mais ampla do que é necessário. Por isso gostaria que as pessoas que estão do outro lado do vídeo tenham a verdadeira noção do que está acontecendo neste sentido aqui. Se existe, senhores, não é porque o projeto do Governo seja melhor, não é porque o projeto do Marcelo seja pior, não é porque veio primeiro; é uma questão de gestão. Muitas vezes, nós tentamos evitar - não só em Porto Alegre, mas no Brasil inteiro -, as prefeituras estão no vermelho. O que nós queremos aqui? O que buscamos aqui? Uma inversão de investimento; que não fosse boicotada a distribuição dessas verbas, para que esse projeto pudesse continuar, e a Prefeitura pudesse gerir esse projeto. A gente sabe, Marcelo, eu mesmo, do Governo, tenho um respeito muito grande pela administração do Fortunati, mas a gente sabe que as campanhas educacionais, eu pelo menos, não vejo muito. As campanhas educacionais de trânsito deveriam... Estão aqui os representantes de EPTC, companheiro Emerson. Nós não temos visto as questões de educação, muito pouco. Eu sei que existe, mas muito pouco, e queremos mais. Por isso subo aqui para dizer aos senhores, em respeito a essa militância, que o que foi feito aqui foi uma negociação para que pudesse comportar a iniciativa de criação das ciclovias e que essa gestão pudesse trabalhar em cima disso. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

(18h47min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, acho que é muito importante que se cumpra a Pauta. Acho que as pessoas têm o direito de protestar, mas eu não tenho o dever de ouvir, porque eu estou presente. Tem que protestar contra os que saíram, que não deram presença aqui. Eu não tenho por que estar ouvindo esses impropérios que estão me jogando. Há uma inadequada manifestação contra aqueles que aqui estão presentes. Eu vou falar sobre os projetos que estão na Pauta. Há um projeto de minha autoria, estou aqui desde o início dos trabalhos, não tenho razão nenhuma para ser advertido das minhas responsabilidades que sempre cumpro. Evidentemente que estamos nos estertores desta Sessão. A Sessão tem horário para terminar, e, lamentavelmente, não houve quórum para continuar a discussão da matéria, que, a meu juízo, estaria em vias de ser encerrada, não permitindo, inclusive, que novas emendas pudessem ocorrer.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Reginaldo Pujol, hoje foi um dia muito especial para nós, quando o nosso Prefeito, pela manhã, nos deu a quantidade de turistas que terá nesta Cidade. Quando é que, se não fosse a Copa do Mundo, Vereador, permita-me, nós teríamos 18.522 argentinos aqui no Beira-Rio; da Austrália, 14.161 australianos; mais os dos Estados Unidos, que compraram 12.397 ingressos?

O SR. REGINALDO PUJOL: E, neste dia, eu estou falando na Pauta, Vereador. Imagina, com todos esses estrangeiros que estarão aqui.

O Sr. Alceu Brasinha: Tem mais, Vereador: Alemanha, 8.459 alemães aqui; Holanda, 3.087 turistas holandeses aqui em Porto Alegre. Eu não vou falar de todos, mas o senhor

sabe quantos turistas já compraram ingressos para a Copa do Mundo? São 83.300. Então, nós estamos de parabéns, porque vai ser um legado que o Prefeito Fortunati trouxe para esta Cidade.

O SR. REGINALDO PUJOL: Muito obrigado, Vereador, V. Exa. foi brilhante no aparte. Ele se ajusta à Pauta, porque a Pauta produz aqui, propõe uma série de homenagens por serviços prestados à cidade de Porto Alegre, como aquela que está sendo proposta, inclusive, por mim, através do PLL nº 084/14, em que nós propomos o Título de Cidadão de Porto Alegre ao Emérito Médico de Porto Alegre, Artur Pacheco Seabra, Diretor Médico do Hospital Porto Alegre, que, obviamente, é credor de todo respeito, de toda admiração da Cidade. E justificou, Ver.^a Lourdes, que nós propuséssemos esse projeto de lei ensejando essa outorga. Eu quero, inclusive, acentuar que toda vez que me trazem uma proposta de homenagem para concessão de cidadania a pessoas que, no entendimento dos autores, são merecedoras do mérito, eu tenho dito a todas elas o seguinte: subscreve, porque entendo que a responsabilidade a respeito da qualidade do homenageado é de quem propõe. E eu quero aqui publicamente assumir por inteiro a responsabilidade com relação à homenagem ao Doutor Seabra, um homem portador de todos os méritos, como um grande profissional que é, especialmente pelo trabalho que faz, dirigindo nosso Hospital Porto Alegre, que é um patrimônio dos municipais, mantido pela nossa Associação do Funcionários Municipais, e que no dizer dos seus dirigentes se sente homenageada também com a nossa proposta, que é de reconhecer, primeiro, a qualificação do médico, segundo, a importância das suas tarefas, e, em terceiro, não menos relevante, a situação muito específica do nosso Hospital Porto Alegre, que merece uma atenção maior, que tem alguns litígios com a Administração Municipal, e com os quais nós somos solidários. Por isso, Sr. Presidente, aproveito este período de Pauta, até para que ela possa ser cumprida como efetivamente está sendo, para fazer a manifestação que agora fiz. Muito obrigado pela sua tolerância.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Pujol. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
040ª Sessão Ordinária 14MAI2014

(Encerra-se a Sessão às 18h53min.)